

Nº 18 - Reunião Ordinária Pública
Da Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 19 de Setembro
de 2011. -----

Aos dezanove dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária pública da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira e com as presenças dos Vereadores Arqto. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Dra. Ana Maria Rodrigues Coelho e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de Setembro do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, não esteve presente na reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar, em Lisboa, em representação do Município, numa reunião de trabalho com a Exma. Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, Assunção Cristas, tendo esta, como principal assunto, a construção das barragens do Alto Tâmega e Barroso. -----

A presente reunião foi presidida pelo Vice-presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira. -----

II - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEF. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e a qual se anexa à presente acta sob o nº. 1. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

III - AUSENCIA DO SENHOR VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, DR. JOSE FERNANDO CARVALHO MONTANHA. -----

O Vereador, Dr. José Fernando Carvalho Montanha, por motivos profissionais, esteve ausente da reunião ordinária pública do executivo camarário. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

IV - OFÍCIO Nº. 273/11, DA EMPRESA MUNICIPAL GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICIPIO DE CHAVES, EEM, COM REGISTO DE ENTRADA Nº. 10479/11,



REFERENE AO RELATORIO DO SEGUNDO TRIMESTRE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ANO DE 2011. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, o ofício com o registo de entrada, nos serviços administrativos do Município n.º 10479/11, de 2011-09-13, e referente ao assunto supra identificado, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o qual se anexa à presente acto sob o n.º 2 -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

V - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Arqto. António Cabeleira, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados. -----

1. REABILITAÇÃO/REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MAGISTÉRIO PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INCUBAÇÃO DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS. -----
PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 05 de Setembro de 2011. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

AUSENTOU-SE DA SALA O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, QUANDO ERAM 09 HORAS E 15 MINUTOS, NÃO PARTICIPANDO NA VOTAÇÃO DO SEGUINTE ASSUNTO, PASSANDO A ASSUMIR A PRESIDENCIA DA REUNIÃO O SENHOR VEREADOR ARQTO. CASTANHEIRA PENAS. -

2.1. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, DE UM CONJUNTO DE LIVROS OFERTADOS PELO SENHOR ARQUITECTO ANTÓNIO CABELEIRA. PROPOSTA N.º 56/GAPV/11. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----



I - Da Exposição de Motivos -----

1 - Considerando que o Senhor Arquitecto António Cândido Monteiro Cabeleira se propõe doar ao Município de Chaves, um conjunto de livros, cuja lista se anexa, que lhe foram ofertados no âmbito do seu desempenho do cargo de deputado da Assembleia da República, na XI Legislatura; -----

2 - Considerando que do ponto de vista estritamente jurídico, a figura de doação se encontra definida no art. 940º do Código Civil como um contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente; -----

3 - Considerando que a aceitação da referida proposta de doação, que permitirá valorizar e enriquecer o espólio bibliográfico da Biblioteca Municipal de Chaves, está pendente de aceitação da dádiva pretendida, por parte do Município de Chaves; -----

4 - Considerando que, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, sendo certo que, estando as Autarquias Locais vinculadas ao princípio da especialidade previsto no art. 82º, do mesmo diploma, não podem estas aceitar doações com encargos para a realização de interesses estranhos às suas atribuições, facto que, no caso sub-judice, não se verifica; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, de acordo com a vontade manifestada pelo Senhor Arquitecto António Cabeleira, seja praticada pelo executivo municipal, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, decisão consubstanciada na aceitação, por parte deste Município, dos livros identificados na listagem anexa, que se destinam a integrar o acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal de Chaves; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima reunião do executivo municipal, em conformidade com a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, com vista à aprovação da mesma; -----

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a Câmara Municipal notificar, o donatário, da decisão, bem como, transmitir os seus agradecimentos pelo generoso gesto praticado. -----

Chaves, 12 de Setembro de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

NOME	ESCRITOR	DATA
Intervenções Parlamentares	Lino de Carvalho	
Eleições 13 - Revista de Assuntos Eleitorais	Cadernos de Administração Interna	Setembro de 2010



Assembleia da Republica no Combate à Violência Domestica - Relatórios e Pareceres	Assembleia da Republica	
Comissão Eventual para Acompanhamento das Questões Energéticas - Relatórios e Pareceres	Assembleia da Republica	
Questão Religiosa no Parlamento - Vol. I	Vitor Neto	1821 - 1910
Os Procuradores da Câmara Corporativa	J. M. Tavares Castilho	1935 - 1974
Jose Estêvão de Magalhães - Biografia Parlamentar	Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva	1809 - 1862
Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo - Um Dicionário	Mário Matos e Lemos - Luís Reis Torgal (Coordenador)	1945 - 1973
Comunidades Portuguesas - Uma Política para o Futuro - (Serie C)	Manuel Filipe Correia de Jesus	
Espólio de António Ginestal Machado	Pedro Tavares de Almeida	1874 - 1940
Parlamento Jovem	Miguel Ventura Terra, Arquitecto da Sala das Sessões	Julho'09
Assembleia da República	Anselmo Braamcamp Freire	2010
Homenagem ao Antigo Presidente da Assembleia da República no Centésimo Aniversário do seu Nascimento	Manuel Alfredo - Tito de Moraes	1910 2010
Relatório de Actividade - X Legislatura 3ª Sessão Legislativa	Assembleia da República	
Relatório de Gerência	Assembleia da República	2008
Cidadania e Representação Política em Portugal - Res Publica	Fernando Catroga - Pedro Tavares de Almeida	1820 - 1926
25 de Abril 35º Aniversário - Discursos Parlamentares	Assembleia da República	1999 - 2009
Parlamentos: a Lei, a Prática e as Representações - Da Idade Média à Actualidade	Assembleia da República - Universidade de Coimbra	
Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia	Comissão Europeia	2009
Revolução e Liberdade	José Estêvão	1809 - 1862
Reformar o Orçamento, Mudar a Europa - Conferência no ISEG - Parte I	Instituto Superior e Gestão - Comissão Europeia	
Recursos a Voar: Como Decidir o Investimento Público em Tempo de Crise	Associação Comercial do Porto - Álvaro Costa e Álvaro Nascimento	2010
O Parlamento de Portugal	A Assembleia da República	

A Transformação da NATO: Desafios - Colóquios e Conferências Parlamentares	Assembleia da República	6 de Abril de 2009
Portugal e o Mar - Colóquios e Conferências Parlamentares	Assembleia da República	15 e 20 de Maio de 2008
Pensar Portugal no Mundo Colóquios e Conferências Parlamentares	Assembleia da República	12 Março, 9 e 30 de Abril, 4 e 28 de Maio 2008
XVI Conferência Interparlamentar Eureka 2009	Assembleia da República/Universidade de Évora	14 e 15 de Maio de 2009
Representação Política - O Caso Português em Perspectiva Comparada	André Freire - José Manuel Leite Viegas	
Comemoração Bicentenário - Programa Torres Vedras	Câmara Municipal Torres Vedras	Nov. 2009 - Nov. 2010
Regimento da Assembleia da República	Assembleia da República	2007
A Hierarquia dos Actos Normativos e o Processo Legislativo em Portugal	Feliciano Barreiras Duarte - Prefacio Dr. Jaime Gama	2010
Património Mundial: Significado, Procedimentos e Realidades Colóquios e Conferências Parlamentares	Assembleia da República	17 de Novembro 2008
Conferência sobre a Política de Segurança e Defesa Comum Comissão de Defesa Nacional	Assembleia da República	4 e 5 Maio 2004
A Folia da Lei - A Assembleia Constituinte	Joaquim Madureira - F. França Amado	1915
O Oeste e o Futuro e Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste	Feliciano Barreiras Duarte	
Pinhal Interior e Terras de Sicó e Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Feliciano Barreiras Duarte	
Ser-se Leiriense e Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral	Feliciano Barreiras Duarte	

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

DEU ENTRADA NA SALA O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, QUANDO ERAM 09 HORAS E 25 MINUTOS, ASSUMINDO NOVAMENTE A PRESIDENCIA DA REUNIÃO DE CÂMARA E PARTICIPANDO NA VOTAÇÃO DOS RESTANTES ASSUNTOS. -----

2.2. ALARGAMENTO, EXCEPCIONAL, DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "1/4 ESCURO". PROPOSTA Nº 55/GAPV/2011. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Justificação -----

Considerando que o Estabelecimento Comercial denominado "1/4 escuro", sito na Rua Santa Maria, nº 68, Freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, vem adoptando o horário de funcionamento previsto na alín. c), do nº 1, do art. 3º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste Município; -----

Considerando que o explorador do aludido Estabelecimento Comercial veio, através de requerimentos com os registos de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia nºs, respectivamente, 6834, de 2011/06/09 e 9277, de 09/08/2011, solicitar que lhe seja concedido o alargamento do respectivo horário de funcionamento durante o mês de Agosto e a primeira quinzena de Setembro do corrente ano, nos dias de semana até às 03h00 e sábados até às 05h00, tendo em conta a afluência de jovens na época de Verão, na zona histórica da cidade; -----

Considerando que o art. 6º, sob a epígrafe "Regime Excepcional", do retrocitado Regulamento, prevê que, a requerimento dos interessados, a Câmara Municipal poderá aprovar uma proposta de alargamento de horário de funcionamento, fixado pelo Regulamento em vigor, para este tipo de Estabelecimentos; -----

Considerando que a aprovação de tal proposta se encontra condicionada pela audição da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pela Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Agrícola do Alto-Tâmega (ACISAT), e pela Associação de Consumidores (DECO) sobre a matéria em causa, de acordo com o disposto no nº 5, do art. 6º, do referido Regulamento; -----

Considerando que a ACISAT e a DECO, emitiram parecer favorável ao alargamento, excepcional, do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial em causa, para os dias requeridos, conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta e com registo de entrada nos serviços desta Autarquia nos dias 2011/08/16 e 2011/08/19, respectivamente; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior emitiu pronúncia favorável ao alargamento excepcional pretendido, conforme documento cujo teor se anexa à presente proposta e com registo de entrada nos serviços desta Autarquia no dia 2011/09/09; -----

Considerando que, desde a entrada em vigor do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste Município, a estratégia de actuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz de tal regime excepcional, tem passado por deferir tais pedidos desde que todas as entidades consultadas - Deco, Junta de Freguesia respectiva e ACISAT - manifestem a sua pronúncia favorável no sentido de reconhecer os fundamentos da excepcionalidade invocada. -

II - Da Proposta em Sentido Estrito - -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que seja praticada decisão administrativa tendente ao deferimento da pretensão formulada pelo interessado, consubstanciada no alargamento, excepcional, do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial denominado "1/4 Escuro", **durante o mês de Agosto e a primeira quinzena de Setembro do corrente ano, nos dias de semana até às 03h00 e sábados até às 05h00**, conforme pareceres favoráveis emitidos pelas entidades consultadas e desde que seja garantida a presença de agentes da PSP junto do mesmo, ou, em alternativa, assegurar eficiente serviço por parte de segurança

12

própria, com vista a evitar a produção de ruído incomodativo na zona exterior envolvente, salvaguardando-se, assim, a tranquilidade dos cidadãos residentes na área da sua localização; -----

b) Para o efeito, e tendo em linha de conta a pronúncia tardia, embora favorável à pretensão do interessado, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, e, nessa justa medida, só ser possível agendar o presente assunto para a próxima reunião do executivo camarário a realizar no próximo dia 2011/09/19, que seja atribuída eficácia retroactiva à decisão administrativa que vier a ser adoptada nos termos anteriormente sugeridos, de acordo com o disposto na alín. a), do n.º 2, do art. 128.º do Código do Procedimento Administrativo; -

c) Logo que tal decisão venha a ser prestada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento do peticionário, através da emissão da competente notificação; -----

d) Por último, caso a presente Proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo camarário, dever-se-á reencaminhar o presente processo à Secção de Taxas e Licenças. -----

Chaves, 12 de Setembro de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(João Gonçalves Martins Batista) -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

1. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, DA "ASSOCIAÇÃO BANDA MUSICAL DE VILA VERDE DA RAIA". REQ.: SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. INFORMAÇÃO N.º 69/DAG/2011. -- Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares -----

1. Mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, e registado nos serviços administrativos da autarquia com n.º 10213, datado do pretérito dia 06.09.2011, veio a Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, solicitar parecer relativo às actividades desenvolvidas pela Associação em epígrafe, tendo como objecto a formação de um juízo mais completo sobre a sua relevância em termos de interesse geral. -----

2. Sobre o aludido ofício veio a recair despacho do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de encaminhar o mesmo para o Departamento de Administração Geral, com vista à emissão de parecer. -----

3. Assim, dando cumprimento ao despacho do Senhor Presidente da Câmara supra identificado, cumpre-me informar, sobre o assunto, o seguinte: -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. O Regime Jurídico que regula o reconhecimento das Pessoas Colectivas de utilidade Pública encontra-se consagrado no DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n.º 361/2007, de 13 de Dezembro. -----

2. Neste contexto, e de acordo com o n.º 3, do art.º 5, do DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n.º 361/2007, de 13 de Dezembro, a entidade competente pode solicitar pareceres, complementares, a quaisquer entidade Pública ou Privada, para a instrução/fundamentação do pedido em análise. -----

3. Nesta conformidade, tal parecer, deverá, abordar os seguintes elementos, a saber: -----

- Mérito e modo das actividades desenvolvidas pela peticionaria;
- Colaborações concretas com entidades públicas; -----
- Outros aspectos relacionados com a actividade da peticionaria que possam ser relevantes para a tomada de decisão. -----

III - Da análise do pedido -----

1. Após consultada à documentação relativa às Bandas que fazem parte do Concelho e muito particularmente, a "Banda Musical de Vila Verde da Raia", foi possível observar que: -----

- O nascimento da "Banda" remonta ao ano de 1860, com a reunião de alguns elementos da aldeia; -----

➤ Na reunião do Executivo Camarário de 22 de Maio de 2001 - Informação n.º 27/DAG/2001 -, foi deliberado, por unanimidade, conceder parecer favorável para a obtenção de declaração de utilidade pública, tendo em consideração o vasto leque de actividades, desenvolvidas, nomeadamente, actuação em festivais de bandas musicais, festas e romarias, funcionamento de uma Escola de Música, factos que, só por si, evidenciam o interesse público municipal da actividade desenvolvida pela "Associação Banda Musical de Vila Verde da Raia"; -----

- Anualmente, é celebrado entre o Município de Chaves e a referida banda um protocolo, para a realização de vários concertos e outras actividades, tendo como principal objectivo a divulgação e promoção das artes musicas juntos dos cidadãos do Concelho; -----

➤ Existe também uma parceria entre o Município de Chaves, a Academia de Artes de Chaves e a aludida Banda, que consiste no apoio, formação e desenvolvimento do ensino da música; -----

- Por último podemos destacar, também, entre as actividades desenvolvidas pela referida banda, a realização de Concertos na Cidade de Chaves e a realização de romarias, pelo Distrito de Bragança, Vila Real e também em Espanha, procedendo, desta forma, à promoção e divulgação da música, em especial da música tradicional portuguesa; -----

2. É assim, inquestionável o relevante conjunto de actividades desenvolvidas pela "Associação Banda Musical de Vila Verde da Raia", em prol da promoção e divulgação da música tradicional portuguesa, através da realização de vários concertos musicais, quer no contexto Nacional, quer no contexto Internacional, destacando-se ainda a sua actividade formativa, em tal domínio, junto dos mais novos. -----

3. Assim, e pelas razões acima enunciadas, julgo, salvo melhor opinião, estarem reunidos os pressupostos legalmente exigidos que permitam ao Município reconhecer o mérito das acções desenvolvidas pela "Associação Banda Musical de Vila Verde da Raia", em benefício da comunidade em que se integra e para às regiões vizinhas. -----

IV - Proposta -----

Em coerência com o teor das razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista a que o aludido órgão adopte

deliberação consubstanciada no reconhecimento do mérito das acções desenvolvidas pela "Associação Banda Musical de Vila Verde da Raia", de acordo com as razões anteriormente expostas; -----

b) Sequencialmente, dever-se-á dar conhecimento à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 12 de Setembro de 2011. -----

O Director de Departamento de Administração Geral -----
(Dr. Marcelo Delgado) -----

Em anexo: -----

- Ofício da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros datado do pretérito dia 02.09.2011; -----

- Cópia, na parte respectiva, da deliberação datada do pretérito dia 22-05-2001. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - ANO LECTIVO 2011/2012. INFORMAÇÃO N.º226/DED/2011 DE 2011-08-31. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tendo em consideração o início do novo ano lectivo e de forma a dar seguimento ao Programa Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior é necessário programar a calendarização das candidaturas para o ano lectivo 2011/2012; -----

Para o efeito e relativamente à calendarização de todo o processo de candidatura e avaliação dos processos candidatos à atribuição de bolsas de estudo, propõe-se o seguinte cronograma: -----

Procedimento	Data
Candidatura à atribuição de Bolsa de Estudo	10 de Outubro a 21 de Novembro de 2011

Apreciação das candidaturas	22 de Novembro a 13 de Janeiro de 2012
Lista Provisória das Bolsas atribuídas	16 de Janeiro de 2012
Lista Definitiva das Bolsas atribuídas	6 de Fevereiro de 2012

Atendendo ao exposto, tomo a liberdade de submeter à consideração de V. Ex^a. a seguinte proposta: -----

1. Que seja autorizada a calendarização proposta ao Programa Municipal de Atribuição de Bolsas ao Ensino Superior - ano lectivo 2011/2012 e publicação do respectivo Edital num jornal local, bem como a sua afixação nos lugares de estilo do Município. -----

2. Que a presente informação seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração Superior. -----

A Técnica Superior -----

(Dr^a. Zuleika Alves) -----

Em anexo: Minuta do Edital -----

MINUTA EDITAL N° /2011 -----

JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES -----

Torna público que se encontram abertas as candidaturas de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, entre os dias 10 de Outubro a 21 de Novembro de 2011, para o ano lectivo de 2011/2012.

Os candidatos deverão consultar o Regulamento disponível no site da Câmara Municipal de Chaves, ou solicitado na Divisão de Educação e Desporto, sita no Centro Cultural de Chaves. -----

A candidatura é efectuada online, no site do Município de Chaves (www.chaves.pt). Todos os documentos solicitados no Regulamento deverão ser anexados, em formato pdf, aquando da candidatura online.

Bolsa de estudo -----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano lectivo. -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves é no máximo até 20, em cada ano escolar. -----

3. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200,00 para jovens a estudar fora do concelho de Chaves e de €75,00 para os não deslocados do concelho de Chaves, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa. -----

4. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

5. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Condições de Candidatura -----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; ----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano lectivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS; -----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a € 75.000 (setenta e cinco mil euros). -----

Apresentação da Candidatura -----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves (www.chaves.pt), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos.

3. Os documentos exigidos para a efectivação da candidatura online são: -----

a) Bilhete de identidade/Cartão de Cidadão; -----

b) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos; -----

c) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário e classificação (média de ingresso) de entrada na Instituição de Ensino Superior; -----

d) Certificado de matrícula no ensino superior, em caso de ingresso, com especificação do curso; -----

e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano lectivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, e certificado de matrícula com especificação do curso e ano quando se tratar de estudantes já integrados no ensino superior; -----

f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3) e/ou I.R.C., referente a todos os elementos do agregado familiar; -----

g) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por cada membro do agregado familiar passado pela entidade patronal ou pela Segurança Social; -----

h) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

i) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

j) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção); -----

k) Outros documentos comprovativos de situações específicas declaradas, que a Câmara Municipal entenda necessários para a avaliação do processo de candidatura à bolsa de estudo. -----

Fórmulas de Cálculo -----

1. O cálculo do Rendimento mensal per capita do agregado familiar obedece à seguinte fórmula: -----

$$C = R - (I + H + S)$$

12N -----

sendo que: -----

C = Rendimento mensal per capita -----

R = Rendimento anual apurado do agregado familiar -----

I = Impostos e Contribuições, até ao limite fixado por despacho do Ministerial -----

H = Encargos anuais com a habitação, até ao limite fixado por despacho do Ministerial -----

S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do Ministerial -----

N = número de elementos do agregado familiar -----

2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado: -----

$$OC = (C \times 0.5) + (VP \times 0.2) - (M \times 0.3) \text{ -----}$$

Sendo que: -----

OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado) -----

C = Rendimento mensal per capita do agregado familiar -----

VP = valor patrimonial da declaração da Repartição de Finanças da área de residência -----

M = média de ingresso no Ensino Superior -----

3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo integral é o resultante das seguintes expressões: -----

$$B1 = 200 - P \text{ ou } B2 = 75 - P \text{ -----}$$

Sendo que: -----

B1 = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante que frequenta Instituição fora do Concelho de Chaves -----

B2 = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante que frequenta Instituição no Concelho de Chaves -----

P = Bolsa atribuída pelos Serviços Sociais da Instituição de Ensino Superior que frequenta -----

Regras sobre comunicações e notificações -----

1. As comunicações e notificações são efectuadas por via electrónica, para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura. -----

2. As notificações efectuadas ao abrigo do presente número consideram-se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem electrónica com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo administrativo. -----

3. os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço electrónico e moradas indicados, sob pena, de em caso de incumprimento, a notificação se considerar efectuada para todos os efeitos legais. -----

Situações de exclusão -----

Serão excluídos os candidatos que: -----

a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento; -----

b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º;

c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido;

d) Não tenham transitado de ano; -----

e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano lectivo anterior, nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----

f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais exteriores de riqueza; -----

g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem frequentar; -----

h) Prestem falsas declarações, tanto por inexactidão como por omissão, no processo de candidatura. -----

Ordenação dos candidatos -----

A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar. -----

A

Lista Provisória e Lista definitiva -----

1. Analisadas as candidaturas e feita a selecção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio electrónico. -----
2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, o concorrente poderá reclamar da mesma, por escrito. -----
3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal, para deliberação. -----
4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio electrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Para conhecimento geral se publica o presente EDITAL que vai ser afixado em todas as Juntas de Freguesia do Concelho, nos lugares do costume e ainda publicado num jornal local. -----

E eu, _____ Sandra Cristina de Barros Monteiro Lisboa Dias Delgado, Chefe de Divisão, no uso de competências delegadas pelo Director de Departamento Municipal de Administração Geral, o subscrevi. -----

Chaves e Paços do Concelho, ____ de _____ de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.08.31 -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.08.31 -----

Visto. Concorde. À próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. APOIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES, PARA O TRANSPORTE DA JOVEM ISABEL CRISTINA ALVES DUARTE FERNANDES. INFORMAÇÃO N.º239/DED/2011 DE 08/09/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

À semelhança de anos lectivos anteriores a Santa Casa da Misericórdia de Chaves vem, através do ofício nº15/AS, em anexo, solicitar um apoio para o transporte da jovem Isabel Cristina Alves Duarte Fernandes, deficiente mental que frequenta o Centro de Educação especial de Bragança, em virtude de no Concelho de Chaves não existir um Centro de Educação Especial adequado ao apoio de que a jovem necessita. -----

Considerando que a referida jovem, desloca-se entre Chaves e Rebordelo, local onde se efectua o transbordo para a carrinha do referido Centro, à segunda - feira e no regresso à sexta - feira para passar o fim-de-semana com a família; -----

Considerando que o transporte é efectuado pelo seu pai António Júlio Duarte Fernandes, dadas as características da sua deficiência; -----

Considerando que há já vários anos esta jovem frequenta este Centro e se encontra bem integrada; -----

Considerando que não existe circuito especial de transportes escolares no percurso necessário e a Isabel Cristina não tem condições para utilizar transporte público; -----
Assim, nos termos do disposto na alínea b) do n.º4 do artigo 64 da Lei n.º5-A/2003 de 11 de Janeiro, propõe-se a V. Exa, a atribuição à Santa Casa da Misericórdia da verba de €600.00 (seiscentos euros) destinado a garantir o apoio social à família, durante o corrente ano lectivo. -----

Propõe-se ainda, caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa, que a mesma seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara Municipal. -----

A presente despesa está inserida na rubrica económica 04.07.01. ----

À consideração superior, -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----
(Dra. Lúcia Pinto) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.09.08 -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.08 -----

Visto. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - APOIOS - AS ENTIDADES DO CONCELHO DE NATUREZA DESPORTIVA E CULTURAL. - REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO. INFORMAÇÃO N.º228/DED/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação. -----

Por deliberação de Câmara, realizada no dia 18 de Fevereiro de 2011, foi aprovado o "Regulamento de Apoio ao Associativismo", assim como as respectivas fichas de candidatura às medidas de apoio. -----

Com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, pretendeu-se criar um mecanismo regulador, com o objectivo de estipular de forma clara e concreta, as regras de apoio aos projectos de desenvolvimento desportivo, cultural e recreativo. -----

De acordo com o artigo 4º do Regulamento de Apoio ao Associativismo, o prazo de candidatura para as Associações/Clubes /Entidades será

até ao dia 31 de Outubro do ano anterior ao subsídio a que se candidatam. -----

Excepcionalmente, neste ano de 2011, o prazo de candidatura decorreu até ao dia 31 de Março dado este Regulamento ter sido aprovado durante o corrente ano. -----

Assim, em edital publicado no dia 21 de Fevereiro de 2011, foi tornado público a aprovação pelo órgão executivo municipal do respectivo Regulamento, assim como a abertura das candidaturas às medidas de apoio e respectivos prazos para o ano de 2011. -----

II - Da análise das Candidaturas -----

Com base neste Regulamento, deram entrada nos serviços municipais as candidaturas dos clubes infra mencionados, de acordo com a respectiva medida, a saber: -----

MEDIDA 1: Apoio ao funcionamento e desenvolvimento da actividade regular. -----

Associações/Clubes: Grupo Desportivo de Chaves, Associação Desportiva Flaviense, Vidago Futebol Clube, Hóquei Clube Flaviense, Chaves Futsal Clube, Ervededo Futsal Clube, Clube de Ténis de Mesa de Chaves, Ténis Clube de Chaves, Associação Portuguesa "O Samurai", Associação Flaviense de Desportos "Aerogan". -----

MEDIDA 2: Apoio à organização e realização de actividades pontuais/especiais. -----

Associações/Clubes: Hóquei Clube Flaviense, Grupo Desportivo e Recreativo dos Ases da Madalena, BTT Clube de Chaves, Ténis Clube de Chaves, Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva, Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco. -----

Feita a análise de cada candidatura, procedeu-se à seriação através da aplicação do respectivo Regulamento, de acordo com a tabela a seguir mencionada. -----

Associação/Clube	Foram aplicados os seguintes artigos do Regulamento
Grupo Desportivo de Chaves	Artº 9º, Artº 10º, Artº 12º c)
Associação Desportiva Flaviense	Artº 9º, Artº 10º
Vidago Futebol Clube	Artº 9º, Artº 10º
Hóquei Clube Flaviense	Artº 9º, Artº 10º, Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º
GDR Ases da Madalena	Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º
BTT Clube de Chaves	Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º
Chaves Futsal Clube	Artº 9º, Artº 10º
Ervededo Futsal Clube	Artº 9º, Artº 10º
Clube Ténis de Mesa de Chaves	Artº 9º, Artº 10º
Ténis Clube de Chaves	Artº 9º, Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º
Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva	Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º
Associação Portuguesa o Samurai	Artº 9º
Associação Flaviense de Desportos (AREAGON)	Artº 9º
Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco	Artº 13º, Artº 14º, Artº 15º, Artº 18º

Associação/Clube	Justificação da aplicação do artigo 10º do Regulamento
Grupo Desportivo de Chaves	Clube que tem projectado de forma expressiva o Concelho no País e estrangeiro, tendo em conta o seu passado histórico e a recente participação na Final da Taça de Portugal em Futebol.
Associação Desportiva Flaviense	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, tendo em conta o seu passado histórico e ter vencido a Taça Distrital de Futsal Sénior Feminino.
Vidago Futebol Clube	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, tendo em conta o seu passado histórico e ter vencido a Taça Distrital de Futebol Sénior Masculino.
Hóquei Clube Flaviense	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, tendo em conta o seu passado histórico e ter vencido a Taça Distrital de Futsal Júnior Masculino.
Chaves Futsal Clube	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, pela subida e manutenção na 2ª Divisão de Futsal Sénior Masculino.
Ervededo Futsal Clube	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, por se ter sagrado campeão Distrital de Futsal Sénior Masculino e inerente subida de Divisão.
Clube Ténis de Mesa de Chaves	Clube que projectou de forma expressiva o Concelho, através do seu recente historial através da conquista de vários títulos regionais e nacionais em escalões de formação.

III - Da proposta em sentido estrito -----

Em função da análise das retro mencionadas candidaturas, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia e os valores a atribuir como subsídio por Associação/Clube: -----

a) De acordo com o artigo 12º do Regulamento (concretização do apoio) deverá ser cumprida a celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, com o Grupo Desportivo de Chaves, no ano de 2012; -----

b) De acordo com o artigo 12º do Regulamento a concretização do apoio deverá ser através de um subsídio aos restantes Clubes/Associações, a saber: Associação Desportiva Flaviense, Vidago Futebol Clube, Hóquei Clube Flaviense, GDR Ases da Madalena, BTT Clube de Chaves, Chaves Futsal Clube, Ervededo Futsal Clube, Clube de Ténis de Mesa

M

de Chaves, Ténis Clube de Chaves, Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva, Associação Portuguesa "O Samurai", Associação Flaviense de Desportos "Aerogan", Casa de Cultura de Outeiro Seco, conforme a tabela seguinte: -----

Associação/Clube	Valor	Rubrica orçamental da despesa
Grupo Desportivo de Chaves	75.000,00 €	04.07.01.99
Associação Desportiva Flaviense	25.000,00 €	04.07.01.99
Vidago Futebol Clube	20.000,00 €	04.07.01.99
Hóquei Clube Flaviense	12.500,00 €	04.07.01.99
GDR Ases da Madalena	6.500,00 €	04.07.01.99
BTT Clube de Chaves	5.000,00 €	04.07.01.99
Chaves Futsal Clube	12.500,00 €	04.07.01.99
Ervededo Futsal Clube	2.500,00 €	04.07.01.99
Clube Ténis de Mesa de Chaves	15.000,00 €	04.07.01.99
Ténis Clube de Chaves	3.500,00 €	04.07.01.99
Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva	1.500,00 €	04.07.01.99
Associação Portuguesa o Samurai	1.000,00 €	04.07.01.99
Ass. Flaviense de Desportos (AREAGON)	1.000,00 €	04.07.01.99
Casa de Cultura Popular de Outeiro Seco	2.000,00 €	04.07.01.99

c) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, para deliberação; -----

d) Caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos por parte do órgão executivo municipal, propõe-se, o seu encaminhamento ao Departamento de Administração Geral - Secção de Aprovisionamento, para os devidos efeitos, muito concretamente, no que diz respeito aos procedimentos sobre as despesas a ter com as supra-mencionadas medidas. -----

e) Por último, dever-se-á promover a sua publicação através de Edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, num jornal local, no site oficial desta Autarquia e no respectivo Boletim Municipal. -----

O Técnico Superior -----

(Dr. Maciel Duque) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2001-09-14. -----

Visto. À Consideração do Director de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.09 14. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Vereador do Desporto Arqº. Carlos Penas. -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR DO DESPORTO ARQ. CARLOS PENAS DE 2011-09-14. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

ACÇÃO SOCIAL:

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. PROJECTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE E ÁREA ENVOLVENTE - LOCAL: FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, ENGº ABEL PEIXOTO, DE 07.09.2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Introdução -----

Face à necessidade implementar acções materiais que garantam a criação de lugares de estacionamento na envolvente do Centro Escolar de Santa Cruz-Trindade (CESCT), os serviços técnicos desta Divisão procederam à avaliação da necessidade da construção de um parque de estacionamento de apoio a este Centro Escolar, atendendo às necessidades de mobilidade e de acessibilidade na área objecto da avaliação. -----

2. Descrição geral do projecto -----

2.1. O presente projecto, desenvolvido com base nos princípios da estruturação viária, da hierarquização dos espaços e vias e da dignificação dos espaços públicos, tem subjacente os seguintes objectivos:-----

- i) Melhorar as acessibilidades ao Centro Escolar de Santa Cruz-Trindade; -----
- ii) Contribuir para reduzir dos níveis de sinistralidade na área envolvente ao Centro Escolar; -----
- iii) Melhorar o desempenho ao nível da disciplina do tráfego, de forma a garantir velocidades médias de circulação mais adaptadas à realidade do local; -----
- iv) Melhorar o conforto nas deslocações; -----
- v) Melhorar o desempenho ao nível de capacidade de fluidez da circulação; -----
- vi) Melhorar a qualidade de vida com redução dos níveis de ruído e de emissão de CO2. -----

2.2 - Tendo por base o diagnóstico efectuado, estes serviços concluíram que se trata de uma zona urbana que actualmente apresenta bastantes conflitos, originados principalmente pelos seguintes factores: -----

- i) Falta de lugares de estacionamento nas imediações do centro Escolar, em virtude de existirem apenas um total de 57 lugares disponíveis para professores, auxiliares e pais dos alunos que frequentam a escola; -----

- ii) Inexistência de uma faixa de rodagem com uma largura que permita a inversão de marcha dos automóveis, no acesso que liga a Rua Inácio Pizarro ao Centro Escolar; -----
- iii) Falta de passeios que permitam uma circulação pedonal segura e confortável, principalmente na Rua Inácio Pizarro e no acesso que liga esta Rua ao Centro Escolar; -----
- iv) As viragens à esquerda para a Rua Rainha Santa Isabel, a partir da Rua Inácio Pizarro; -----
- v) O elevado volume de tráfego existente na Rua Inácio Pizarro, principalmente nos períodos de entrada e saída dos alunos da escola.

2.3. Neste contexto, atendendo às causas referidas e tendo em conta os objectivos pré-estabelecidos, o projecto incide nas seguintes intervenções, que se representam nas peças desenhadas em anexo:-----

- i) Criação de um parque de estacionamento automóvel a sudeste do acesso ao Centro Escolar, com capacidade para 73 lugares, dos quais 2 são para veículos que transportem pessoas com mobilidade condicionada; -----
- ii) Criação de 14 lugares para estacionamento perpendicular e de faixa para inversão de marcha, no arruamento de acesso ao Centro Escolar; -----
- iii) Beneficiação e alargamento da Rua Inácio Pizarro, no troço compreendido entre o arruamento de acesso ao Centro Escolar e a Rua Rainha Santa Isabel -----
- iv) Reconfiguração geométrica do entroncamento entre a Rua Inácio Pizarro e o arruamento de acesso ao Centro Escolar; -----
- v) Reconfiguração geométrica do entroncamento entre a Rua Inácio Pizarro e a Rua Rainha Santa Isabel. -----

2.4. De acordo com a estimativa orçamental realizada pelos serviços técnicos da Divisão de Empreitadas, estima-se que o valor da obra ascenda a 140.000€, IVA não incluído. -----

3 - Proposta de decisão -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

3.1 - Que se submeta o presente projecto a Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção da competente aprovação por parte do Executivo Municipal; -----

3.2 - Caso o projecto venha a merecer homologação por parte do Executivo Municipal, deverá o mesmo ser remetido para a Divisão de Empreitadas, adstrita ao Departamento de Obras e Fomento Municipal, a fim de serem encetados todos os procedimentos tendentes à sua execução. -----

Em anexo: -----

- Planta de localização; -----
 - Planta de apresentação sobre ortofotomapa; -----
 - Planta das parcelas de terreno abrangidas pela obra; -----
 - Planta de implantação sobre levantamento topográfico; -----
 - Cópia das certidões das parcelas de terreno abrangidas pela obra;
- À consideração do Sr. Director do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA de 09.09.2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-
Propõe-se ao Sr. Vice-Presidente António Cabeleira que profira despacho no sentido deste processo ser submetido à consideração do



Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da referida proposta. -----
 À consideração do Sr. Vice-Presidente -----
DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 09.09.2011. --
 A Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.2. PEDIDO DE CRIAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA MORADORES - DE: MARIA MANUELA FERREIRA TEIXEIRA - LOCAL: EDIFÍCIO MOREIRAS, AV. DOS BOMBEIROS - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, ENGº ABEL PEIXOTO, DE 29.08.2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO -----

1 - A coberto do ofício registado com o n.º 8567/11, datado de 22 de Julho de 2011, a requerente Maria Manuela Ferreira Teixeira, representante de Condomínio do Edifício Moreiras, sito na Av. dos Bombeiros, freguesia de Santa Maria Maior, vem requerer a este Município a criação de quatro lugares de estacionamento para os moradores, em virtude da transformação desta avenida em "Zona de Estacionamento de Duração Limitada". -----

2 - Considerando que: -----

2.1- O edifício se localiza dentro de uma "Zona de Estacionamento de Duração Limitada"; -----

2.2 - Nesta Zona, em dias úteis, no período compreendido entre as 9:00 e as 19:00 horas, o estacionamento está sujeito ao pagamento de uma taxa; -----

2.3 - De acordo com a disposições prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal de Chaves deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; -----

2.4 - De acordo com o Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, publicado na 2.ª série do Diário da República de 15 de Julho de 2011, a Câmara Municipal pode criar lugares de estacionamento automóvel reservados a moradores que residam dentro de uma "Zona de Estacionamento de Duração Limitada"; -----

2.5 - No referido edifício existem 3 apartamentos sem lugar de garagem adstrito. -----

3 - Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

i) Que seja adoptada a decisão de criar os três lugares de estacionamento automóvel destinados exclusivamente a moradores da Avenida dos Bombeiros, conforme planta em anexo; -----

ii) Caso a presente proposta venha a merecer homologação por parte do Executivo Municipal, deverá a mesma ser remetida para a Divisão de Recursos Operacionais, a fim de serem encetados todos os procedimentos tendentes à sua implementação, e para a Secção de Chaves da Polícia de Segurança Pública, informando da alteração ao estacionamento aprovada; -----



iii) Deverá também ser dado conhecimento à representante de Condomínio do Edifício Moreiras, Sr.^a Maria Manuela Ferreira Teixeira. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA de 08.09.2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Propõe-se ao Sr. Presidente, Dr. João Batista, que profira despacho no sentido deste processo ser submetido à consideração do Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da referida proposta. -----

À consideração do Sr. Presidente -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 09.09.2011. -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO NA RUA RAINHA SANTA ISABEL - LOCAL: FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, DO ENGº GUILHERME TOMAZ, DE 01.09.2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO -----

1 - Pela necessidade urgente de reorganizar o trânsito na Rua Rainha Santa Isabel e Rua Heróis de Mucaba, junto ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, os serviços técnicos da Divisão de Vias Municipais e Transportes, com o acordo da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade, tomaram a liberdade de proceder à elaboração de uma proposta de alteração do trânsito na Rua Rainha Santa Isabel, cujas peças desenhadas se anexam à presente informação. -----

2 - Como se pode verificar na representação gráfica indicada nas peças desenhadas em anexo, propõe-se que a Rua Rainha Santa Isabel, actualmente com trânsito rodoviário nos dois sentidos, passe a ter trânsito apenas no sentido Rua Heróis de Mucaba/Rua Inácio Pizarro, propondo para o efeito a implementação das seguintes alterações à sinalização existente: -----

- Remoção de um sinal C1 (sentido proibido); -----
- Recolocação de dois sinais C1; -----
- Colocação de um sinal D1e (obrigatório virar à direita); -----
- Colocação de um sinal B1 (aproximação de estrada com prioridade);
- Colocação de um sinal C11a.-----
- Colocação de um sinal C15 (estacionamento proibido/excepto moradores) -----

3 - Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

3.1 - Que se submeta a presente proposta de alteração do trânsito na Rua Rainha Santa Isabel a Reunião de Câmara para aprovação; -----

3.2 - Caso a presente proposta venha a merecer homologação por parte do Executivo Municipal, deverá a mesma ser remetida para a Divisão de Recursos Operacionais, a fim de serem encetados todos os procedimentos tendentes à sua implementação, de acordo com a representação gráfica indicada nas peças desenhadas que se anexam; -

3.3 - Deverá também ser dado conhecimento à Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e à Secção de Chaves da Polícia de Segurança Pública, informando da alteração ao estacionamento aprovada. -----
À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, ENGº ABEL PEIXOTO, DE 06.09.2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-

À consideração do Director de Departamento de Planeamento e Desenvolvimento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA de 08.09.2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-

Propõe-se ao Sr. Presidente que profira despacho no sentido deste processo ser submetido à consideração do Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da presente proposta, bem como a adopção dos procedimentos subsequentes previstos na informação. -----

À consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 09.09.2011. -

À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º5. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para

m

todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA, PEDIDO DE PRAZO - JOSÉ ALBERTO VAZ RIBEIRO - FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO FERNANDES REI, DATADA DE 02.09.2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e de Desenvolvimento com o n.º 1841/11, em 25-07-2011, a interessada, na qualidade de titular do alvará de licença de obras n.º 78/2008, referente à construção de um edifício destinado a habitação colectiva na rua Agostinho Luís Alves, na freguesia de Santa Cruz/Trindade, solicita que lhe seja concedido o prazo de 30 dias para a execução dos trabalhos em falta inerentes à execução das obras de urbanização. -----

2-ANTECEDENTES -----

Em reunião de câmara de 20-06-2011, sob proposta da informação técnica de 03-06-2011, o Executivo deliberou no sentido de que as obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção n.º 78/2008, orçadas inicialmente no montante de € 52 554,60 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos), fossem realizadas pela Autarquia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/3, em virtude de a promotora não as ter realizado, no prazo cuminado naquele alvará de construção. -----

3-PARECER -----

O pedido da interessada enquadra-se no n.º 1 do artigo 72.º¹ do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/3. -----

Pretende a requerente executar a pavimentação da rua Agostinho Luís Alves, em betão betuminoso, na extensão que confronta com o seu terreno. -----

Tal pavimentação só poderá ser realizada após vistoria prévia pela Unidade Flexível de 3.º Grau de Empreitadas para verificação de que todas as infra-estruturas projectadas no loteamento, cujo processo de licenciamento decorreu sob o n.º 3/08, promovido por José Alberto Vaz Ribeiro, bem como as infra-estruturas Eléctricas, de Telecomunicações, rede de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, na extensão da área a pavimentar pela requerente, fiquem devidamente executadas, de acordo com os projectos aprovados. -----

Tais obras de urbanização irão ser acompanhadas pela Divisão de Empreitadas, pelo que deverá o início das mesmas ser comunicado previamente, com a antecedência de 10 dias úteis. -----

4-PROPOSTA DE DECISÃO -----

¹ Artigo 72.º - Renovação -----

1-O titular de licença ou comunicação prévia que haja caducado pode requerer nova licença ou apresentar nova comunicação prévia. -----



Considerando o que se disse anteriormente e o que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 26/2010, de 30/3, sou a recomendar que a Câmara Municipal adopte a seguinte resolução: -----

4.1-Deferir o pedido de emissão de nova licença para conclusão das obras de urbanização tituladas pelo alvará n° 78/2008, devendo a requerente comunicar com a antecedência de 10 dias úteis, o início das obras de urbanização, presentemente em falta. -----

4.2-A realização das referidas obras serão executadas no prazo de 30 dias (a contar desde a comunicação do início dos trabalhos), devendo a mesma apresentar, aquando da comunicação daqueles, os seguintes elementos: -----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n° 100/97 de 13/09. -----

-Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra. -----

-Livro de obra, com menção do termo de abertura. -----

-Plano de Segurança e Saúde. -----

4.3-A notificação que informar da deliberação adoptada pela Câmara, deve informar a requerente do teor do parecer da Divisão de Abastecimento Público, datado de 09-05-2011 e da Duriensegás, constantes no processo a folhas n° 626 à n° 637. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 07.09.2011: -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 06.09.2011. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROCOS 1 E 2) E RUA FONTE DO LEITE DE ACESSO. - AUTO DE MEDIÇÃO N°21/UFE/2011. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°21/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda, no valor de 132.864,00€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/09/2011. -----

Visto. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 14.09.2011. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 132.864,00€, (Cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. SUPRESSÃO DAS BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITECTÓNICAS E RENOVAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO E SINALÉTICA NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente a informação nº255/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

A - Antecedentes-----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 35 de 18 de Fevereiro de 2011, concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Supressão das Barreiras Urbanísticas e Arquitectónicas e Renovação do Mobiliário Urbano e sinalética no centro Histórico".-----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 14 de Abril de 2011, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 24 de Maio de 2011.-----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 249.178,20€ (Duzentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e oito euros e vinte centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Prazo de execução da obra: 90 dias. -----

B - Da Execução do Contrato da Empreitada-----

1.O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 6 de Junho de 2011. -----

2.O adjudicatário apresentou Plano de Segurança e Saúde da empreitada, que foi aprovado por Despacho do Sr. Presidente da Câmara do dia 20 de Junho de 2011. -----

3.O prazo de execução da empreitada teve início a 27 de Junho de 2011, data em que de acordo com o n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos o Dono de Obra comunicou ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde. -----

C - Do Requerimento e Sua Análise -----

1.O adjudicatário vem, através de Ofício que deu entrada nos serviços do Município, no dia 24 de Agosto de 2011, solicitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada, em 45 dias, alegando as seguintes indefinições: -----

- Resolução da implantação dos Ecopontos da Rua de Santo António e da Avenida dos Aliados; -----
- Definição do modo de execução dos trabalhos relativos às passagens de peões de superfície; -----
- Definição dos textos a fixar nos elementos de informação pública sobre a cidade e património. -----

2.Vem anexado à referida solicitação, o plano de pagamentos, plano de trabalhos e de mão-de-obra e de equipamentos, adaptados às novas circunstâncias da empreitada. -----



3. De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 90 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior. -----

4. Na presente data, os trabalhos encontram-se atrasados relativamente ao plano de trabalhos proposto pela entidade executante, nomeadamente a instalação de Ecopontos e trabalhos relativos a Passagens de Peões. -----

5. Após análise da pretensão, verifica-se que: -----

- De facto ainda falta a resolução da localização de dois Ecopontos, verifica-se que os mesmos não podem ser executados onde está previsto devido às infraestruturas existentes colidirem com a implantação do projeto; -----

- Os trabalhos previsto relativos a Passagens de Peões, verifica-se que os mesmos coincidem com o traçado de redes previsto noutra empreitada do Município, designadamente "Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra Óptica) e de Combate a Incêndios no Centro Histórico de Chaves", encontrando-se o seu início atrasado pelo fato da mesma estar sujeita a uma providencia cautelar correspondente ao contrato administrativo. -----

D - Da Proposta -----

Face ao exposto e considerando que sem uma prorrogação de prazo de execução da obra, torna-se impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se de acordo com previsto no n.º 1 artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, que seja concedida uma prorrogação legal do prazo de execução, pelo período de 45 dias. -----

À consideração superior -----

Divisão de Empreitadas, 1 de Setembro de 2011 -----

O Técnico, -----

Vitor Joaquim Fernandes Pereira. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG.ª AMÉLIA RODRIGUES, DE 02/09/2011. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12/09/2011. -----

Visto. Concordo. Atento o teor da presente informação, sou a propor ao Sr. Vice Presidente da Câmara, Arqt.º António Cabeleira, que adopte decisão conducente à obtenção de uma deliberação por parte do Órgão Executivo, visando a aprovação do pedido de prorrogação de prazo de execução da empreitada por 45 dias. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 14.09.2011. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3 REABILITAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE TELECOMUNICAÇÕES (FIBRA ÓPTICA) E COMBATE A INCÊNDIOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. - CONSIGNAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Ar

Foi presente a informação nº261/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.- De harmonia com deliberação do Executivo Municipal, o Município de Chaves, promoveu a realização de um procedimento concursal - concurso público - tendente à adjudicação da empreitada mencionada, publicado no Jornal Oficial, IIª Série do D.R. nº. 37, de 22 de Fevereiro de 2011 - anúncio nº 777/2011. -----

Na sequência deste procedimento concursal, foi a empreitada adjudicada, ao consórcio composto por "Santana e Cª SA e PC. BOX, Sistemas Informáticos Unipessoal, LDA" e cujo contrato foi firmado em 13 de Julho de 2011. -----

Nesse mesmo dia foi dada nota por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, que a empresa OMNISTAL Electricidade, S.A. requereu processo cautelar relativo à Decisão de aceitação das propostas apresentadas pelos concorrentes SANTANA, S.A./PC. BOX, LDA e TELIC, S.A., suspensão da eficácia de um Acto Administrativo (decisão de adjudicação) e suspensão da Execução de Contrato da Empreitada. -----

Em resposta, a 22 de Julho de 2011, foi deduzida oposição à referida acção cautelar, ficando no entanto o Município impedido de proceder à consignação da empreitada ao consórcio Santana e Cª SA e PC. BOX, Sistemas Informáticos Unipessoal, LDA. -----

Vem posteriormente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, informar o Município, em 6 de Setembro de 2011, de que indeferiu a providência cautelar. -----

Assim sendo, estão reunidas as condições para se dar continuidade ao procedimento da obra. -----

Assim, face ao exposto, sou a informar o Executivo que o Auto de Consignação da referida obra será elaborado em 19 de Setembro de 2010. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Unidade Flexível de Empreitadas, 14 de Setembro de 2011. -----

À consideração superior -----

A Chefe de Divisão -----

(Engª Amélia Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/09/2011. -----

Visto. Ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Arqtº António Cândido Monteiro Cabeleira, para proferir decisão no sentido de remeter a presente informação ao Órgão Executivo do Município, para a devida tomada de conhecimento. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 14.09.2011. -----

A Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

R

1.4. CONSTRUÇÃO DO MUSEU DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES (PROJETO BASE DE ARQUITETURA). INFORMAÇÃO Nº 55/UFCEPM/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - INTRODUÇÃO -----

O estudo em presença², entregue nesta Autarquia no dia 15 de junho de 2011, corporiza a ação 2.2 do Programa estratégico da candidatura "Chaves Monumental - Valorização e Promoção dos Valores Culturais e Patrimoniais", aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do programa Operacional Regional Norte em 5 de agosto de 2009. -----

Importa esclarecer, que o estudo em presença surge na sequência de dois anteriores, apresentados pela empresa adjudicatária em 13/12/2010 e 05/04/2011, os quais, em razão de algumas observações suscitadas pelos serviços técnicos deste Município³ e pela Direcção Regional de Cultura do Norte⁴, teve de ser objeto de reformulação. -- Importa também esclarecer que os referidos projetos foram ainda antecédidos pela apresentação, em 09/03/2009, de um primeiro projeto base, o qual logrou ser aprovado pelo Executivo Municipal na sua reunião ordinária de 07/05/2009. Na esfera deste primeiro projeto base, a empresa adjudicatária estava obrigada apenas a apresentar parte dos projetos de especialidades necessários à materialização do empreendimento. Com a inclusão deste na candidatura "Chaves Monumental - Valorização e Promoção dos Valores Culturais e Patrimoniais", entendeu-se por bem, com recurso a um novo procedimento de ajuste direto, contratar a concepção da totalidade dos projetos de especialidades necessários, incidindo o objeto do novo contrato então celebrado no desenvolvimento, para projeto de execução, do projeto base aprovado. Com o intuito de se anularem as condicionantes impostas à sua aprovação, considerou-se também por bem, no âmbito do novo contrato, recapitular a fase de projeto base, de modo a que se pudesse partir para o desenvolvimento do subsequente projeto de execução com um recomendável grau de certeza em relação à aceitação das soluções a propor, quer por parte do Município, quer por parte das entidades externas que sobre as mesmas deviam pronunciar-se. É neste contexto que surgem os três projetos base referidos no anterior parágrafo. -----

II - O EQUIPAMENTO -----

O Museu das Termas Romanas de Chaves desenvolver-se-á em dois níveis, prevendo-se para cada um deles as seguintes actividades: ---

- No **piso enterrado (cota 347.35m)**, prevê-se a localização de balneários, vestiários, sanitários e uma sala pedagógica, assente numa lógica de representação teatral de temas relacionados com as Termas romanas. Ainda a nível deste piso prevê-se a possibilidade de sondagem da piscina que ainda se encontra em parte enterrada, mediante a criação de um túnel que poderá vir a desenvolver-se por baixo da rua Cândido dos Reis. -----

² Cujá concepção foi contratada à empresa Cândido Lopes + Nicolau Lopes. -----

³ Questões suscitadas em duas reuniões realizadas nas instalações do Departamento de Obras e Fomento Municipal nos dias 17 de setembro de 2010 e 8 de outubro de 2010. -----

⁴ Questões suscitadas numa reunião realizada nas instalações da Direcção Regional da Cultura do Norte no dia 25 de maio de 2011. ---

• No **piso térreo (cota 351.02m)**, com acesso pela rua das Longras, prevê-se a localização de um espaço de recepção, que por sua vez integra uma loja para venda de produtos relacionados com os vestígios das Termas Romanas de Chaves, um centro de documentação, uma sala destinada a arrumo de reservas, um gabinete, uma cafetaria, instalações sanitárias para o público e uma galeria que se desenvolve ao longo das paredes que delimitam o museu, na qual se prevê a exposição de algumas das peças exumadas. -----

De frisar que, em relação ao projeto base que deveria ser desenvolvido, as três últimas versões apresentadas prevêem um considerável acréscimo de escavações, nomeadamente no piso à cota 347.35 metros, decorrentes da instalação dos compartimentos aí previstos e a materialização do túnel de sondagem da piscina ainda em parte enterrada. -----

III - ENTIDADES EXTERNAS AO MUNICÍPIO -----

Foram consultadas as seguintes entidades externas ao Município que, nos termos da lei, deveriam emitir parecer sobre o estudo em causa:-

• **Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN)**, face à inserção de parte do espaço a intervencionar na área de proteção ao resto de muralhas militares existentes na cidade, classificadas como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 28536, de 22/03/1938 e também por se tratar de estruturas em via de classificação como Monumento Nacional. -----

• **Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)**, face à inserção da área de intervenção no perímetro de proteção - zona intermédia - da água mineral natural a que corresponde o n.º HM-9 (Caldas de Chaves). -----

Em relação ao parecer solicitado à **DRCN**, informa-se que até a presente data não foi recepcionado por estes serviços qualquer documento que expresse uma tomada de decisão oficial por parte de tal entidade. Conjugando o n.º 2, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, com o articulado do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações, concluímos um prazo de 40 dias, a contar da data de disponibilização do processo, para que a **DRCN** se pronunciasse sobre o mesmo. Por outro lado, o n.º 5 do referido artigo 13.º reza que se deve considerar haver concordância com a pretensão formulada por parte das entidades consultadas se os respectivos pareceres, autorizações ou aprovações não foram recebidos dentro do prazo. Tendo sido a última versão do projeto em análise recepcionada pela **DRCN** no dia 17/06/2011, essa entidade deveria nos ter feito chegar o seu parecer, o mais tardar, até o dia 16/08/2009. Nesta conjuntura, afigura-se legítimo nesta data considerar haver concordância por parte da **DRCN** em relação ao estudo em causa. -----

Independentemente do acima enunciado, pode-se desde já informar que, após contacto telefónico com os técnicos da **DRCN**, estes tiveram a cortesia de informar esta Unidade que o projeto em causa tinha sido, por parte dos mesmos, objeto de parecer favorável, com a condição de serem consideradas algumas questões no desenvolvimento do projeto de execução. De salientar, de acordo com o parecer que nos foi transmitido, a indispensabilidade de criação de uma equipa de trabalho para acompanhamento do desenvolvimento do projeto de execução, equipa esta que, para além dos técnicos da referida entidade, deve também integrar técnico - ou técnicos - especializados em conservação e restauro. -----

A DGE, já no âmbito da análise que fez ao projeto apresentado em 15/06/2011, veio, através do seu ofício número 006447, datado de 29/06/2011, informar que do ponto de vista hidrogeológico não vê inconveniente na obra desejada, desde que acautelados uma série de requisitos a verificar no subsequente projeto de execução e no transcorrer da obra. -----

De modo meramente consultivo, foi também, no âmbito do projeto apresentado em 13/12/2010, auscultada a **Delegação de Saúde de Chaves (DS)**, dado o cariz da nova utilização que se deseja para o edifício a intervencionar. Essa entidade, através do parecer que acompanha o seu ofício n.º 816, datado de 27/12/2010, indica que nada tem a opor ao estudo que lhe foi submetido, desde que acautelados os seguintes requisitos de pormenor: -----

- Cumprimento do estipulado na alínea 3, do ponto 2.12.1, da secção 2.12, do capítulo 2, do anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, em relação ao balcão da recepção; -----

- Previsão, na cafetaria, do equipamento adequado ao seu funcionamento, nomeadamente banca de lavagem, lavatório com torneira de comando não manual, sistema de exaustão de fumos e cheiros e sistema de frio. -----

Estes requisitos, por serem de pormenor, não colocam em causa as soluções consubstanciadas no estudo em análise, podendo, por isso, serem considerados e acautelados no desenvolvimento do subsequente projeto de execução. -----

Também de modo meramente consultivo e no âmbito do projeto apresentado em 13/12/2010, foi auscultada a **Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)**, a qual, através do ofício referenciado com o n.º 028146, de 25/02/2011, veio referir nada ter a opor ao desenvolvimento do projeto, sem prejuízo do cumprimento da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, a verificar na esfera do projeto de especialidade relativo à segurança contra incêndios em edifícios (SCIE), que por sua vez "... poderá requerer eventuais ajustamentos à arquitectura,...". -----

IV - ANÁLISE DO ESTUDO -----

Logo a partida, há que salientar que a materialização em obra projeto base ora em presença, à semelhança dos anteriores, assenta ainda num considerável volume de escavações, particularidade que pode conduzir à necessidade de, no transcorrer da obra, se considerarem algumas adaptações à composição do espaço previsto, com os inerentes constrangimentos que daí podem decorrer, em dependência dos eventuais novos vestígios arqueológicos que venham a ser encontrados no local. Com efeito, trata-se de uma metodologia de concepção de projeto em certa medida empírica, diga-se, que no entanto deve ser ponderada em razão: -----

- Da dificuldade de, nesta data, se ultimar o trabalho de escavação que ainda se intenta executar, incluindo a respectiva contenção periférica (tal trabalho será executado no transcorrer da obra); -----

- Da conjuntura atual de se ter obra iniciada ainda no transcorrer do ano em curso, no âmbito da candidatura em que tal projeto se inclui. -----

Há também que salientar e alertar para os seguintes aspectos, que podem - e devem - ser considerados no projeto de execução: -----

- A eventualidade de o descobrimento da piscina que ainda se encontra em parte enterrada, mediante a criação de um túnel que poderá vir a desenvolver-se por baixo da rua Cândido dos Reis,

acarretar a necessidade de interrupção da normal circulação viária e pedonal nessa via, com os evidentes constrangimentos que tal situação implica. Neste contexto, deverá ser adoptado um método construtivo que minimize tais constrangimentos. -----

- A conveniência de se optar, na execução dos muros de contenção previstos, por uma metodologia construtiva que minimize os constrangimentos que tal trabalho acarreta no espaço público envolvente. -----

- A conveniência de se optar, na execução das fundações, por soluções que minimizem os estragos nas estruturas dos achados arqueológicos. -----

- A necessidade de adoção de uma metodologia construtiva faseada que, no transcorrer da obra, não coloque em causa o acesso ao edifício do Tribunal. -----

- A necessidade de se garantir a continuidade de funcionamento da conduta do sistema de climatização do edifício do Tribunal, voltada para o espaço em que se encontram os achados arqueológicos;

- Na parte aplicável em razão da actual conjuntura deste processo, os aspectos enunciados na informação prestada por estes serviços técnicos em 21/03/2011 (INFORMAÇÃO N.º 10/UFCEPM/2011). -----


Por fim, importa ainda aludir a conveniência de se diligenciar junto do Ministério da Justiça, a obtenção da sua anuência para a demolição do lance de escadas que, a partir do Largo do Arrabalde, servia de acesso à plataforma da entrada principal do edifício do tribunal, dado esta, ao que tudo indica, ser parte integrante do edifício⁵. -----

Isto posto, refere-se que, embora sob um ponto de vista arquitectónico e funcional se aceite as soluções consubstanciadas no projeto em análise, o seu desenvolvimento para projeto de execução deverá, para além das questões construtivas acima enunciadas, ter em consideração, na parte aplicável, o enunciado na informação prestada por esta Unidade em 21 de março do ano em curso (Informação n.º 10/UFCEPM/2011), cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, bem como o conteúdo dos pareceres emitidos sobre o assunto pelas entidades externas ao Município. -----

V - CUSTO DO EMPREENDIMENTO -----

No que concerne ao custo estimado para o empreendimento, verifica-se que o projeto aponta para uma importância de 2.180.000,00 € (incluindo musealização e museologia), valor superior ao montante de 1.087.057,14 € definido para o incremento de tal equipamento na programação financeira da candidatura "Chaves Monumental - Valorização e Promoção dos Valores Culturais e Patrimoniais". Há no entanto que referir que tal importância é inferior ao montante que consta da reprogramação financeira da citada candidatura (2.738.622,18 €), cuja aprovação, nesta data, se encontra expectante. -----

⁵ O edifício do Tribunal do Chaves não constitui nenhuma servidão administrativa ou servidão de utilidade pública, o que pode ser constatado por leitura da planta de condicionantes do Plano Director Municipal de Chaves e da planta de condicionantes da proposta do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Chaves. Com efeito, trata-se, a meu ver, do acautelamento de uma matéria em que poderá estar em cauda o direito privado, ou seja, o projeto base em análise prevê a demolição de um elemento construtivo que, ao que tudo indica, é parte integrante do edifício do Tribunal. -----



VI - CONCLUSÃO E PROPOSTA DE DECISÃO -----

Para concluir, nos termos do acima exposto, considero que se encontram reunidas as condições para que projeto base relativo ao Museu das Termas Romanas de Chaves, na versão entregue em dia 15 de junho de 2011, seja superiormente anuído. Neste contexto, sou a propor ao Sr. Chefe desta Unidade, Sr. Engenheiro Carlos França, que submeta a presente informação ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Fomento Municipal, Sr. Eng.º João Geraldês, no sentido deste, caso concorde com o seu conteúdo, propor ao Executivo Municipal a aprovação do projeto base em causa. -----

À consideração superior -----

O Técnico -----

José Paulo Roxo Pires da Fonte -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/09/2011. -----

Visto. Concorde. Atento o teor da presente informação sou a propor ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Arq. Antonio Candido Monteiro Cabeleira, que adopte decisão conducente à obtenção de uma deliberação por parte do Órgão Executivo, visando a aprovação do projecto de arquitectura do "Museu das Termas Romanas". -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DATADO DE 14.09.2011. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII EXPROPRIAÇÕES

R

1. EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE. INSUCESSO DO SISTEMA DE COOPERAÇÃO PRECONIZADO NO PLANO. RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR. INFORMAÇÃO/PROPOSTA DPAOT/DCAPE. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Sistema de execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite - PPFL. -----

1. Dos antecedentes -----

1.1. Tendo em vista iniciar a execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite (doravante designado por PPFL), em particular, a conclusão da execução da Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 2)⁶, troço que abrange partes de quatro parcelas de terreno que estão inseridas na unidade de execução do PPFL e cuja realização depende da sua aquisição ou do sucesso da implementação dos mecanismos de perequação preconizados no Plano, os competentes serviços municipais iniciaram o estabelecimento de contactos com os proprietários abrangidos desde o início do mês de Maio do ano corrente, tendo em vista a realização de reuniões de trabalho com o propósito de proceder a uma avaliação conjunta da minuta do contrato de urbanização (apresentada por este Município aos interessados como base de negociação), visando o esclarecimento do seu clausulado e a obtenção de pronúncia sobre a sua participação no sistema de cooperação preconizado no Plano e indissociável da outorga do mencionado contrato de urbanização. -----

1.2. Na sequência dos contactos estabelecidos com os proprietários da parcela identificada com o nº 4 na planta cadastral do PPFL (Senhores Mário de Araújo Marracho e esposa - Esperança Sevivas Caetano) e com a proprietária da parcela identificada na planta cadastral do plano com o nº 14 (Senhora Valéria Coutinho Pinheiro e marido - Ângelo Manuel Filão) foram realizadas duas reuniões, respectivamente em 11/08/2011 e 24/08/2011, cujas cópias das respectivas Actas se anexam à presente informação para os devidos efeitos - Doc. nº 1, assim como a planta cadastral do plano - Doc. nº 2. -----

1.3. Em ambas as reuniões constatou-se o desinteresse e a indisponibilidade dos proprietários em participar no sistema de cooperação perfilhado no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, não se revendo nos pressupostos definidos no contrato de urbanização em apreciação e, consequentemente, não estando disponíveis para proceder à sua assinatura. -----

1.4. No que respeita aos proprietários das parcelas identificadas com o nº 11 e nº 12 na planta cadastral do PPFL (Senhores Manuel Alcino Machado dos Santos e Maria Ilídia Machado, e Senhoras Cármem dos Anjos e Aurora dos Anjos, respectivamente), apesar de ter sido agendada uma reunião de trabalho para o dia 05-09-2011, às 15:30h, os mesmos não compareceram, não permitindo ao município a sua auscultação sobre o seu interesse e ou disponibilidade em participar do sistema de cooperação preceituado pelo plano. -----

1.5. Constatando-se que as tentativas em se obter um acordo com os interessados não tiveram êxito e que urge adoptar um procedimento que, de forma eficaz, concretize a aquisição dos terrenos necessários para prosseguimento das obras do Lanço 1 da Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital (Troço 2) - identificada por Eixo 3 no PPFL -, entende-se dever ser formulada uma proposta de estratégia

⁶ Identificada por Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte no PPFL.-

de actuação com vista a ser superiormente ponderado avançar para o sistema de imposição administrativa previsto no regulamento do PPFL, tendo em vista a aquisição das parcelas de terreno necessárias à construção da via citada, no âmbito do calendário definido no Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano, cuja cópia e se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa sob o Doc. nº 3. -----

2. Da exposição de motivos -----

2.1. Tendo em consideração que os proprietários das parcelas nº 4 e nº 14 do PPFL declararam, inequivocamente, nas reuniões realizadas nas datas supracitadas, a sua indisponibilidade para participar no sistema de cooperação preconizado no plano, indissociável da outorga do contrato de urbanização; -----

2.2. Tendo em consideração que os proprietários das parcelas nº 11 e nº 12 do PPFL não compareceram na reunião agendada para o dia 05-09-2011, nem, tão pouco, responderam às diversas tentativas de contacto telefónico, entretanto, realizadas; -----

2.3. Tendo em consideração que a 1ª Fase de execução do PPFL será, exclusivamente, centrada na concretização da estrutura viária primária nele prevista, em concreto, o Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte; -----

2.4. Tendo em consideração que para a conclusão da empreitada da "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 2)", a qual integra a estrutura viária primária do aludido IGT, são indispensáveis as parcelas de terreno identificadas na planta cadastral do PPFL com o nº 4, nº 11, nº 12 e nº 14, pertencentes aos proprietários supra identificados, as quais estão inseridas na unidade de execução do plano, relativamente às quais não foi possível a obtenção de qualquer acordo tendente à sua aquisição nos termos definidos neste instrumento de planeamento⁷, facto que poderá comprometer a boa execução do contrato de empreitada de obras públicas tendo, precisamente, como objecto a construção da referida via; -----

2.5. Tendo em consideração que, na impossibilidade de implementação do sistema de cooperação preceituado no plano e tendo em vista a concretização da 1ª Fase da sua execução, de acordo com a calendarização estabelecida e, simultaneamente, a viabilidade da conclusão da via em causa em tempo oportuno (sem causar mais prejuízos em termos de prazos de execução da empreitada e da programação temporal estabelecida no contrato de financiamento comunitário), julga-se estarem reunidos os pressupostos de facto e de direito necessários à aplicação do estabelecido no nº 3, do Artigo 17º do Regulamento do Plano, ou seja, na *"impossibilidade de execução do PPFL pelo sistema de cooperação, caso haja proprietários que não estejam em acordo com o modelo distributivo preconizado pelo plano, a Câmara Municipal pode optar pelo sistema de imposição administrativa"* previsto no Artigo 124º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo DL nº 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo DL nº 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações; -----

⁷ Sistema de cooperação, que prevê que a iniciativa da execução do plano pertence ao município com a cooperação dos proprietários, numa actuação coordenada, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos de adequado instrumento contratual - contrato de urbanização - no qual são estabelecidos os direitos e as obrigações das partes. -----



2.6. Tendo em consideração o disposto no n° 1 e na alínea a), do n° 2, ambos do Artigo 128° do diploma citado (RJIGT), que estabelece que "*as faixas adjacentes contínuas, com a profundidade prevista nos planos municipais de ordenamento do território, destinadas a edificações e suas dependências, nos casos de abertura, alargamento ou regularização de ruas, praças, jardins e outros lugares públicos*" podem ser expropriadas por causa da utilidade pública da execução do plano, entende-se que a expropriação sugerida nos termos citados deverá passar a funcionar como mecanismo de execução do plano, ficando os proprietários sujeitos a um procedimento expropriativo, a decorrer nos termos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n° 168/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n° 56/2008, de 4 de Setembro. -----

II - Resolução de expropriar -----

1.Causa de utilidade pública -----

1.1. Do Plano de Pormenor da Fonte do Leite consta uma estrutura viária primária que prevê, entre outras vias, o "Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte", o qual veio a ser concretizado pelo projecto da empreitada designada por "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (troço 1 e 2)" actualmente em execução, mediante a celebração de contrato de empreitada de obras públicas, justificando-se a sua previsão e concretização com o planeamento urbanístico que veio a ser definido pelo Plano de Pormenor da Fonte do Leite, no qual se encontra prevista, ainda, a construção de um centro comercial, uma zona residencial, um Centro Coordenador de Transportes, bem como um Parque Urbano, contribuindo assim, por um lado, para a coesão urbana da zona norte da cidade e das freguesias limítrofes e, por outro lado, aumentando o volume de tráfego em tal zona, para a qual já se impunha a construção de um corredor de circulação prioritário, de modo a libertar o tráfego do centro da cidade e a permitir, simultaneamente, um rápido e fácil acesso ao Hospital, e deste, ao IP3/A24, tendo particular atenção a importância que este tipo vias de comunicação vieram a assumir na reestruturação da rede dos equipamentos de saúde promovidas pelo respectivo Ministério, designadamente a ligação rodoviária do Hospital de Chaves ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro/ Vila Real. -----

1.2. São estas as razões do interesse público justificadoras da construção do corredor de circulação prioritário que, para além da melhoria da acessibilidade ao referido equipamento de saúde, assumirá, também, uma função redistributiva do tráfego urbano a norte, a concretizar pela empreitada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2)"⁸, cujo projecto de execução da obra foi aprovado pelo órgão executivo do município, na sua reunião ordinária realizada no passado dia 17 de Abril de 2009, em conformidade com o disposto na alínea q), do n° 1, do Artigo 64° da

⁸ Registe-se que a presente via se projecta, também, em parcelas que são abrangidas não pelo PPFL, mas sim pelo Plano Director Municipal, e, nessa justa medida, foi, oportunamente, requerida ao Secretário de Estado da Administração Local, a Declaração de Utilidade Pública da Expropriação das parcelas cuja aquisição não foi conquistada por via do direito privado, tendo o respectivo despacho - n°194/2010 - sido publicado no Diário da República, 2ª Série, n°191, de 30 de Setembro de 2010. -----



Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2. Norma habilitante -----

2.1. Por um lado, a prossecução de tais objectivos integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições cometidas ao Município pela alínea c), do nº 1 do Artigo 13º - Transportes e comunicações - concretizadas nas competências previstas no nº 1 do Artigo 18º, ambos da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, bem como na alínea f) do nº 2 do Artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, encontrando-se legalmente justificada a causa de utilidade pública a prosseguir e suprajacente à realização de tal projecto. --

2.2. Por outro lado, encontrando-se tal obra prevista no PPFL e tratando-se da execução de plano municipal de ordenamento do território, poder-se-á recorrer à expropriação nos termos previstos no nº 1 do Artigo 4º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 56/2008, de 4 de Setembro, faculdade também conferida pelo nº 1 e alínea a) do nº 2, ambos do Artigo 128º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, tendo legitimidade para propor a declaração de utilidade pública o executivo camarário, conforme disposto na alínea c) do nº 7 do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

2.3. Destinando-se a proposta de declaração de utilidade pública à concretização de plano de pormenor - PPFL - nos termos do nº 2 do Artigo 14º do Código das Expropriações, complementado com o nº 1 do Artigo 3º do Regime Especial de Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2010, de 12 de Novembro, a competência para declarar a utilidade pública e autorizar a tomada de posse administrativa, cabe à assembleia municipal. -----

3. Urgência e posse administrativa -----

3.1. A execução do referido plano de pormenor, de acordo com o programa de execução pré-definido e respectiva calendarização, determina a execução da obra denominada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (troço 1 e 2)", a qual tem financiamento comunitário aprovado e contrato de financiamento assinado, no âmbito do QREN, Programa ON.2 - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano - Promoção do Sistema Urbano Regional - Operação Norte nº 04-04050-Feder-000076, pelo que, face aos elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, se encontram reunidos os pressupostos legitimadores da atribuição do carácter de urgência à expropriação, nos precisos termos em que tal acto se encontra legalmente positivado no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 123/2010, de 12 de Novembro - Regime Especial de Expropriações - e no Artigo 15º, do Código das Expropriações, complementado com o Artigo 103º, da Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961. -----

2.4. As expropriações realizadas para a execução de projectos abrangidos pelo QREN, são desde logo consideradas urgentes, nos termos supra referidos, carácter que confere de imediato à entidade interessada na expropriação a posse administrativa dos bens expropriados, tal como previsto no Artigo 4º do Decreto-Lei nº 123/2010, de 12 de Novembro e, complementarmente, no nº 2 do Artigo 15º do Código das Expropriações, cumpridos que sejam os requisitos previstos no Artigo 20º do mesmo Código. -----

4. Aquisição por via do direito privado -----

4.1. De acordo com o princípio da necessidade estipulado pelo nº 1 do Artigo 11º do Código das Expropriações, a entidade interessada, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar no sentido de adquirir os bens por via do direito privado, excepto nos casos de urgência previstos no Artigo 15º e nas situações em que, jurídica ou materialmente, não é possível a aquisição por essa via. -----

4.2. O regime especial de expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2010, de 12 de Novembro, veio reforçar esta disciplina ao não ter qualquer previsão nesse sentido, nem remeter para o Código das Expropriações. -----

4.3. Assim, no caso presente, não se vislumbram razões justificadoras de tentativa de aquisição das parcelas por recurso à via do direito privado, tanto mais que os respectivos proprietários tendo sido confrontados no âmbito do sistema de cooperação perfilhado pelo plano, em vista à sua execução, acabaram por recusar, liminarmente, a celebração do correspondente contrato de urbanização, tornando assim indispensável o recurso à expropriação, enquanto instrumento de execução impositiva do plano urbanístico. --

5. Audiência dos interessados -----

Dado o carácter urgente da expropriação acima fundamentado, afigura-se não haver lugar a audiência dos interessados, em face do disposto na alínea a) do nº 1 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo. -----

6. Bens a expropriar e proprietários -----

Em vista à conclusão da obra retro identificada, são necessárias quatro parcelas de terreno, que a seguir se identificam, sumariamente, bem como os respectivos proprietários: -----

- **Parcela nº 4** - com a área de 2.411,00m², a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Valdanta sob o Artigo 2569º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 1881/20091118, propriedade de Esperança Sevivas Caetano Marracho e marido Mário Araújo Marracho, residentes em Chaves; -----

- **Parcela nº 11** - com a área de 145,07m², a desanexar do prédio com artigo matricial e descrição predial desconhecidos, propriedade de Manuel Alcino Machado dos Santos e de Maria Ilídia Machado, residentes em Ourense, Espanha; -----

- **Parcela nº 12** - com a área de 561,11m², a desanexar do prédio com artigo matricial e descrição predial desconhecidos, propriedade de Cármen dos Anjos e Aurora dos Anjos, residentes em Ourense, Espanha; -----

- **Parcela nº 14** - com a área de 629,96m², a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Valdanta sob o Artigo 2236º, descrito na Conservatória do Registo predial de Chaves sob o nº 1469/20040525, propriedade de Valéria Coutinho Pinheiro, residente em Penafiel. -----

As certidões de teor matricial e as descrições prediais constam em anexo à presente proposta sob a designação de Doc. nº 4. -----

7. Encargos com a expropriação -----

7.1. A referida acção do plano, indissociável da execução da referida empreitada, encontra-se inscrita no Plano Plurianual de Investimentos cuja cópia, nessa parte, se anexa à presente proposta, no objectivo 3.3.1, com a classificação económica "07030301" e com o código de acção 7/2007 - Doc. nº 5. -----

7.2. A dotação orçamental disponível para a concretização de tal acção assegura a cabimentação de verba necessária à execução da obra e aos custos inerentes à expropriação das parcelas em causa, cuja previsão, em sede de avaliação prévia realizada pelo perito da lista oficial, Eng.º Fernando Manuel Cunha Cardoso, se encontram estimados em €129.123,34 (cento e vinte e nove mil, cento e vinte e três Euros e trinta e quatro cêntimos), conforme relatórios de avaliação prévia e informação de cabimento, respectivamente anexos à presente proposta, sob as designações Doc. nº 6 e Doc. nº 7. -----

8. Previsão em instrumento de gestão territorial para a zona de localização das parcelas a expropriar -----

As parcelas encontram-se abrangidas pelo Plano de Pormenor da Fonte do Leite (PPFL), publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 245, de 21 de Dezembro de 2009, não se encontrando abrangidas por RAN, REN ou património cultural. -----

III - Considerações finais -----

1. Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção do procedimento expropriativo tendente à disponibilização dos imóveis e ou dos direitos a eles inerentes, necessários à construção da rede viária primária prevista no PPFL - Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte, realizada através da empreitada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2)", de acordo com o Programa de Execução e Plano de Financiamento definido para o referido instrumento de gestão territorial, competindo à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea c), do nº 7, do supracitado Artigo 64º, propor, à assembleia municipal, a declaração de utilidade pública, para efeitos da expropriação. -----

2. Os bens a expropriar constam do "Mapa de Expropriações", cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o Doc. nº 8, no qual se encontram mencionados os seguintes elementos, face ao nº 2 do Artigo 3º do Regime Especial de Expropriações, complementado com o Artigo 10º do Código das Expropriações, tidos como essenciais, a saber: -----

a) Identificação dos bens a expropriar, com referência ao número atribuído a cada uma das parcelas de terreno, área, respectiva situação por freguesia, inscrição matricial e descrição na Conservatória, quando existem, e nos casos em que são omissos ou desconhecidos, por planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites das áreas a expropriar, nos termos do disposto no nº 2, do Artigo 10º do C.E.; -----

b) Identificação dos proprietários, pelo nome e morada, quando conhecidos; -----

c) Estimativa dos encargos com a expropriação dos bens imóveis em causa; -----

d) Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

IV - Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas e, muito concretamente, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do Artigo nº 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, propor a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e, não sendo tal competência, susceptível de delegação

no Presidente da Câmara, sugere-se que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento da presente proposta para uma próxima reunião do executivo camarário, a fim deste órgão tomar decisão consubstanciada na declaração do insucesso do sistema de cooperação preconizado no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, em vista à concretização do Programa de Execução e Plano de Financiamento definido para este IGT, particularmente a execução do Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte, a executar pela empreitada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (troço 2)"; -----

b) Sequencialmente, dar início ao sistema de imposição administrativa, tal como previsto no n.º 3, do Artigo 17.º do Regulamento do PPFL e no artigo 124.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial⁹, tendo em vista a expropriação das parcelas em causa; -----

c) Em consonância com o acima proposto e ao abrigo do disposto no Artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, seja tomada resolução de expropriar, enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da D.U.P., em vista à disponibilização das parcelas de terreno números 4, 11, 12 e 14, necessárias à execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, o qual contempla no seu corpo regulamentar, no Programa de Execução e respectiva calendarização, numa primeira fase, a execução da obra denominada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2)", anexando-se, para o efeito, o mapa de expropriações e plantas parcelares, documento este, que se anexa sob a designação Doc. n.º 9; -----

d) Que, pelos fundamentos atrás invocados, seja pedida a declaração de utilidade pública da expropriação das referidas parcelas, à assembleia municipal, com carácter de urgência e autorização de posse administrativa, nos termos e de acordo com os fundamentos anteriormente invocados; -----

e) Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os interessados conhecidos, por carta registada, da resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação, à luz do disposto no Artigo 68.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo; -----

f) Por último, caso o órgão deliberativo municipal venha a declarar a utilidade pública da expropriação das mencionadas parcelas, nos termos e fundamentos anteriormente expostos, dever-se-ão adoptar, sequencialmente, os procedimentos previstos, sobre a matéria, no Código das Expropriações. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de Setembro de 2011. -----

As Chefes de Divisão -----

(Ana Isabel Augusto, Arq.^a) -----

(Cristina Rodrigues, Dr.^a) -----

Em Anexo: -----

• Doc. n.º 1 - Cópia das Actas das reuniões realizadas com os proprietários em 11/08/2011 e 24/08/2011. -----

• Doc. n.º 2 - Planta Cadastral/Localização; -----

⁹ Aprovado pelo DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações. -----

Ar

- Doc. nº 3 - Cópia do Programa de Execução e Plano de Financiamento; -----
- Doc. nº 4 - Certidões de teor matricial e Descrições prediais das parcelas abrangidas; -----
- Doc. nº 5 - Cópia do Plano Plurianual de Investimentos (PPI); --
- Doc. nº 6 - Relatórios de avaliação prévia; -----
- Doc. nº 7 - Informação de cabimento; -----
- Doc. nº 8 - Mapa de expropriações; -----
- Doc. nº 9 - Plantas parcelares; -----
- Doc. nº 10 - Extracto da Planta de Implantação do PPFL. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO E DO E DO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA, DE 2011.09.14. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece o nosso inteiro acolhimento. -----

Neste sentido, propõe-se ao Vice-Presidente da Câmara, Sr. Arqº António Cabeleira, responsável pela matéria em causa, a adopção da estratégia preconizada na presente informação. -----

À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. ALTERAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DO CIRCUITO ESPECIAL Nº22 DO CP - Nº02/SAP/2011. INFORMAÇÃO N.º238/DED/2011 DE 11/09/08. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através do procedimento - concurso público para aquisição de serviços de transportes terrestres de alunos em circuitos especiais para o ano lectivo 2011/2012, foram adjudicados ao concorrente "João Manuel Teixeira Rebelo", os circuitos especiais nº18 e nº22 do Plano de Transportes. -----

Considerando que o referido concorrente, através do ofício em anexo, vem desistir da realização do circuito nº22, em virtude do motorista afecto a esse circuito, por motivos de saúde, não estar em condições de o poder efectuar; -----

Considerando que no próximo dia 14 de Setembro vai ter início a razão invocada pelo referido concorrente, é um justo impedimento para a concretização do circuito em questão; -----

h

Considerando que há a possibilidade de adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente que pertence ao concorrente Alberto Afonso Cabeleira, pelo preço de 0,55€/Km; -----

Considerando a urgência associada à prática do acto adjudicatório do concurso de transportes escolares em causa, tanto mais que o ano escolar terá início no próximo dia 14 de Setembro; -----

Considerando que, nos termos legais prevista na Lei nº 169/99, com ulteriores alterações, pode o Presidente da Câmara praticar actos desta competência desde que se verifiquem as seguintes situações:

- 1) Urgência de tomada de decisão; -----
- 2) Impossibilidade de convocar, em tempo útil, reunião extraordinária do executivo. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a provação, por parte do Presidente da Câmara, da seguinte estratégia de actuação: -----

a) Redução do valor do contrato do Concorrente João Manuel Teixeira Rebelo, uma vez que só irá proceder à realização do circuito especial nº18; -----

b) A Adjudicação do circuito nº22 ao concorrente Alberto Afonso Cabeleira, pelo preço de 0,55€/Km; -----

b) A celebração do contrato escrito, da presente adjudicação, nos termos do artigo 94º do CCP; -----

c) Que sejam dados 2 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nas alíneas d), e), e i) do artigo 55º do CCP. -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável por parte de V. Exa, que a mesma seja levada à próxima reunião ordinária de Câmara para ratificação e que seja dispensado o prazo de suspensão para a celebração do referido contrato, previsto na alínea a) do nº1 do artigo 104º do CCP. -----

A presente despesa tem dotação na rubrica económica 02.02.10. -----

À consideração superior -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----

(Dr.ª Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.09.08 -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.08 -----

Concordo. Adjudique-se. Proceda-se em conformidade -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 2011.09.08. -

2. CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS DE CHAVES - ACTUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO A PARTIR DE 1 DE OUTUBRO - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, ENGº ABEL PEIXOTO, DE 07.09.2011.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - Factos justificadores -----

Em consequência do aumento dos preços praticados para os títulos dos transportes rodoviários urbanos de Lisboa e do Porto, em vigor desde 1 de Agosto, e do aumento dos custos de exploração dos Transportes Urbanos de Chaves, a concessionária Auto Viação do Tâmega vem, ao abrigo do disposto na Cláusula 14.ª do "Contrato para a Concessão,



em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves", propor a seguinte actualização do tarifário, a praticar a partir do próximo dia 1 de Outubro de 2011: -----

Tipo	Tarifário em vigor	Tarifário proposto
Bilhete simples	0,85 €	0,95 €
Passe mensal	23 €	25 €
Passe mensal 4-18 (com 50% desconto, participado pelo MOPTC)	11,5 €	12,5 €
Passe mensal Sub-23 (com 50% desconto, participado pelo MOPTC)	11,5 €	12,5 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens	5,5 €	7 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens (reformados e estudantes)	4,5 €	6 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens	11 €	14 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens (reformados e estudantes)	9 €	12 €

2 - Considerações da proposta -----

Considerando que o tarifário proposto representa um aumento médio na ordem dos 20%, bastante acima dos 15% de aumento médio fixados pela administração central para os preços praticados para os títulos dos transportes rodoviários urbanos de Lisboa e do Porto; -----

Tipo	Tarifário em vigor	Tarifário proposto pela Concessionária	VARIAÇÃO do preço para o utilizado
Bilhete simples	0,85 €	0,95 €	12%
Passe mensal	23 €	25 €	9%
Passe mensal 4-18 (com 50% desconto, participado pelo MOPTC)	11,5 €	12,5 €	9%
Passe mensal Sub-23 (com 50% desconto, participado pelo MOPTC)	11,5 €	12,5 €	9%
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens	5,5 €	7 €	27%
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens (reformados e estudantes)	4,5 €	6 €	33%
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens	11 €	14 €	27%
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens (reformados e estudantes)	9 €	12 €	33%
Aumento médio:			20%

Considerando que a actualização do tarifário, para além de reflectir a evolução dos respectivos factores de produção, servirá para reduzir o encargo financeiro deste Município com a exploração da rede de transportes concessionada; -----

Considerando também que os níveis tarifários actualmente praticados se encontram em níveis inferiores ao custo efectivamente incorrido na prestação do respectivo serviço público. -----

3 - Proposta -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

3.1 - Que, de acordo com o anteriormente enunciado, e nos termos previstos na Cláusula 14.^a do "Contrato para a Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves", seja aprovado o seguinte tarifário, que representa um aumento médio de 15%: -----

Tipo	Tarifário para 2011
Bilhete simples	0,90 €
Passe mensal	24,00 €
Passe mensal 4-18 (com 50% desconto, compartilhado pelo MOPTC)	12,00 €
Passe mensal Sub-23 (com 50% desconto, compartilhado pelo MOPTC)	12,00 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens	7,00 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens (reformados e estudantes)	6,00 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens	13,00 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens (reformados e estudantes)	11,00 €

3.2 - O tarifário ora sugerido deverá produzir os seus efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2011; -----

3.3 - Por último, caso a presente informação venha a merecer concordância superior, proponho que se envie um ofício à empresa Auto Viação do Tâmega, Lda, com o seguinte teor: -----

"Exmo. Sr. Gerente da Auto Viação do Tâmega, Lda -----

No âmbito da execução do "Contrato para a concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros na área da Sede do Concelho de Chaves", estabelecido no passado dia 26 de Novembro de 2009, entre o Município de Chaves e a Auto Viação do Tâmega, Lda, venho por este meio informá-lo que o tarifário a aplicar a partir de 1 de Outubro de 2011 é o seguinte: -

Tipo	Tarifário
Bilhete simples	0,90 €
Passe mensal	24,00 €
Passe mensal 4-18	12,00 €
Passe mensal Sub 23	12,00 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens	7,00 €
Bilhetes pré-comprados de 10 viagens (reformados e estudantes)	6,00 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens	13,00 €
Bilhetes pré-comprados de 20 viagens (reformados e estudantes)	11,00 €



O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
 Dr. João Gonçalves Martins Batista -----
 (...)” -----

À consideração superior -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA de 08.09.2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-
 Propõe-se ao Sr. Presidente que profira despacho no sentido desta informação ser submetida à consideração do Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da presente proposta, bem como a adopção dos procedimentos subsequentes previstos na informação. -----

À consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 09.09.2011. -
 À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO -; - ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 52/DSM-SIP/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Engº. José Luis Figueiredo, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1 - De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo, responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.-----

2 - Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3 - De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar----

1 - É intenção do Município de Chaves, adquirir a prestação de serviços para manutenção de equipamentos e sistemas de climatização,



instalados nos seguintes edifícios públicos, para vigorar durante o ano de 2011: -----

- Paços do Concelho; -----
- Paços do Duque de Bragança; -----
- Sede da Divisão de Abastecimento Público - rua 1.º de Dezembro; --
- Sede da Divisão de Recursos Operacionais; -----
- Arquivo Municipal; -----
- Biblioteca Municipal; -----
- Museu da Região Flaviense; -----
- Museu de Arte Sacra; -----
- Edifício da Antiga Estação da CP - Sede do Departamento de Educação e Desporto; -----
- Antigo Cais da CP; -----
- Escola de Artes e Ofícios de Chaves e Auditório Municipal; -----
- Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade. -----

2 - Sendo certo que o valor da prestação de serviços em causa é de inferior a 5.000,00 (Cinco mil Euros). -----

3 - Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste directo em regime simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4 - Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5 - De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02/07010301. -----

6 - Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de climatização, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. CASTANHEIRA PENAS, DE 14/09/2011. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

4. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A RENOVACÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LICENCIAMENTO GLOBAL DE SOFTWARE,



MANUTENÇÃO, APOIO TÉCNICO E FORMAÇÃO - ESRI (ARTIGO 22.º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO). INFORMAÇÃO N.º 26/DSI/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----

1. O Município de Chaves renovou um contrato de prestação de serviços para licenciamento global de software, manutenção, apoio técnico e formação - Esri, com a empresa "Esri Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.", para vigorar durante um ano, com início em Junho de 2011. -----

2. Sendo certo que o preço contratual em causa totaliza 16.100,00 € anuais, acrescido de IVA à taxa normal em vigor. -----

3. Considerando que o referido contrato foi renovado e por lapso dos serviços municipais não foi submetido previamente o pedido de parecer prévio ao Executivo Municipal, nos termos do disposto no artigo 22º da Lei nº55-A/2010 de 31 de Dezembro. -----

4. Considerando que, nos termos do disposto no nº6 do artigo 22º da citada Lei, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados/renovados sem o referido parecer. -----

5. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se renovou, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

6. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, na rubrica da despesa corrente 020219. -----

7. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do nº3, do artigo 22º, da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

III - Da proposta -----



Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal o seguinte: -----

- Que tome deliberação no sentido de emitir, com efeitos retroactivos, nos termos do disposto nos artigos 127º e 128º do Código do Procedimento Administrativo, e por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de aquisição de serviços para licenciamento global de software, manutenção, apoio técnico e formação - Esri, com a empresa "Esri Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.", para vigorar durante um ano, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração Superior. -----

Paços do Município, 1 de Setembro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

João Carlos R. da Rocha -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2011.09.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

5. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO BIBLIOTECA - GIB (ARTIGO 22.º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO). INFORMAÇÃO N.º 28/DSI/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
 b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
 c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----

1. O Município de Chaves renovou um contrato de prestação de serviços de manutenção de software de gestão biblioteca - GIB, com a empresa "Libware, Tecnologias de Informação e Documentação", para vigorar durante um ano, com início em 22 de Junho de 2011. -----
2. Sendo certo que o preço contratual em causa totaliza 4.530,00 € anuais, acrescido de IVA à taxa normal em vigor. -----
3. Considerando que o referido contrato foi renovado e por lapso dos serviços municipais não foi submetido previamente o pedido de parecer prévio ao Executivo Municipal, nos termos do disposto no artigo 22º da Lei nº55-A/2010 de 31 de Dezembro. -----
4. Considerando que, nos termos do disposto no nº6 do artigo 22º da citada Lei, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados/renovados sem o referido parecer. -----
5. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se renovou, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
6. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, na rubrica da despesa corrente 020219. -----
7. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do nº3, do artigo 22º, da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal o seguinte: -----

- Que tome deliberação no sentido de emitir, com efeitos retroactivos, nos termos do disposto nos artigos 127º e 128º do Código do Procedimento Administrativo, e por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de aquisição de serviços de manutenção de software de gestão biblioteca - GIB, com a empresa "Libware, Tecnologias de Informação e Documentação", para vigorar durante um ano, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração Superior. -----

Paços do Município, 1 de Setembro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

João Carlos R. da Rocha -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2011.09.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

A2

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

6. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (ARTIGO 22.º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO). INFORMAÇÃO N.º 29/DSI/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Chaves renovar um contrato de prestação de serviços de telecomunicações móveis, com a empresa "TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.", para vigorar durante um ano, com início em Outubro de 2011. -----

2. Sendo certo que o preço contratual em causa totaliza 21.780,00 € anuais, acrescido de IVA à taxa normal em vigor. -----

3. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende renovar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

4. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, na rubrica da despesa corrente 02020902. -----

5. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, vai proceder-se à redução remuneratória de 3,5% sobre o preço contratual anual, no valor de 762,30 (setecentos e sessenta e dois euros e trinta centésimos), conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do mesmo diploma legal. -----

III - Da proposta -----

AR

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal o seguinte: -----

a) Que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de aquisição de serviços de telecomunicações móveis, com a empresa "TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A", para vigorar durante um ano, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro; -----

b) Considerando que a decisão enunciada na alínea anterior irá determinar a redução remuneratória de 3,5% sobre o preço contratual anual, no valor de 762,30 (setecentos e sessenta e dois euros e trinta centimos), nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, deverá a mesma, numa primeira fase, ser sujeita à audiência dos interessados, no caso do co-contratante, dispondo este do prazo de 10 dias, a contar da data da notificação, para vir ao processo, por escrito, dizer se pretende renovar o contrato, tendo em conta esta redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

À consideração Superior. -----

Paços do Município, 1 de Setembro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

João Carlos R. da Rocha -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2011.09.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----


DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

7. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO ESPECIALIZADA DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO (GEAD), PARA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA RIET, NO ÂMBITO DO PROJECTO RIET (REF. 0373 RIET 6 E), APROVADO NA 2.ª CONVOCATÓRIA DO PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2007-2013 (POCTEP), CO-FINANCIADO PELA UNIÃO EUROPEIA ATRAVÉS DO FEDER. - ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 229/DCC/2011. -

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos



pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços para implementação e manutenção do software de Gestão Especializada de Arquivos e Documentação (GEAD), para o Centro de Documentação da RIET, no âmbito do projecto RIET (Ref. 0373_RIET_6_E), para vigorar durante o período de 2011/2012. -

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa não excede os 12.000,00 (doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. ----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02022599. -----

6. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços para implementação e manutenção do software de Gestão Especializada de Arquivos e Documentação (GEAD), para o Centro de Documentação da RIET, no âmbito do projecto RIET (Ref. 0373_RIET_6_E), para vigorar durante o período de 2011/2012, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 12 de Setembro de 2011 -----

A Técnica Superior -----

A

(Vera Moura) -----
DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA E COOPERAÇÃO, ARQ. AGOSTINHO PIZARRO DE 2011.09.13. -----

Visto. Concorde. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

8. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RSU, FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE CONTENTORES. INFORMAÇÃO N.º 68/DSU/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. ENQUADRAMENTO LEGAL -----

i. Da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos -----

O Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, aprovado pela Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atribuiu às câmaras municipais, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços, responsabilidades na aquisição de bens e serviços. -----

O DL 178/2006 de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo DL 73/2011 de 17 de Junho, estabelece que a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos urbanos é dos municípios, nos casos em que a produção não exceda os 1100 litros por produtor, extinguindo-se essa responsabilidade quando a gestão seja transferida para uma entidade licenciada que execute operações de recolha ou tratamento de resíduos. -----

No concernente ao Concelho de Chaves, foi pretensão da Autarquia a transmissão da responsabilidade da gestão de resíduos urbanos para uma empresa licenciada pelas entidades competentes, a RESINORTE, através de celebração de contrato, cujo prazo termina durante o corrente mês. -----

ii. Do pedido de parecer prévio -----

O Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro, indica no n.º 2 do artigo 22º que, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do governo. -----

O n.º 4 artigo 22º do mesmo diploma legal, Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro, refere que o parecer prévio vinculativo atrás mencionado, no caso das Autarquias Locais, é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3 do mesmo artigo. -----

Assim sendo e, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 22º do diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, o parecer vinculativo depende da: -----



- a) Demonstração de que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Conformação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

2. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A RENOVAR -----

- a) É intenção do Município de Chaves renovar o contrato de prestação de serviços para a recolha de resíduos sólidos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de contentores com a empresa "RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA", para vigorar entre Setembro de 2011 e Setembro de 2012. -----
- b) Sendo certo que, de acordo com as quantidades de RSU geradas anualmente no Concelho de Chaves, o valor do contrato em causa, preço contratual que consta do contrato de prestação de serviços é de 666.901,60 € anuais (seiscentos e sessenta e seis mil e novecentos e um euros e sessenta cêntimos). -----
- c) Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende renovar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
- d) O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02022004. -----
- e) Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, vai proceder-se à redução remuneratória de 10% sobre o preço contratual anual, no valor de 66.690,16 (sessenta e seis mil e seiscentos e noventa euros e dezasseis cêntimos), conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

3. DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal o seguinte: -----

- a) Que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de aquisição de serviços para a recolha de resíduos sólidos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de contentores com a empresa "RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA", para vigorar entre Setembro de 2011 e Setembro de 2012, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----
- b) Considerando que a decisão enunciada na alínea anterior irá determinar a redução remuneratória de 10% sobre o preço contratual anual, no valor de 66.690,16 (sessenta e seis mil e seiscentos e noventa euros e dezasseis cêntimos), nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, deverá a mesma, numa primeira fase, ser sujeita à audiência dos interessados, no caso do co-contratante, dispondo este do prazo de 10 dias, a contar da data da notificação, para se pronunciar, por escrito, tendo em conta esta redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo -----
- À Consideração Superior -----
- A Técnica Superior -----
- (Cláudia Sofia Rego Martins, Dra.) -----



DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS, ENG. ANTÓNIO CARNEIRO DE 2011.09.14. -----

Visto. A consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012. PROPOSTA N.º 54/GAPV/2011. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS: -----

a) Tendo em conta que o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro procedeu à reforma da Tributação Patrimonial, aprovando os novos códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMO), revogando o Código da Contribuição Autárquica e o Código de Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola; -----

b) Considerando que, com a entrada em vigor deste novo diploma legal (CIMI), é introduzido um novo modelo que conduzirá a uma descida da tributação dos prédios mais recentes, operando-se ainda uma profunda reforma do sistema de avaliação da propriedade, em especial da propriedade urbana, já que, pela primeira vez em Portugal, o sistema fiscal passa a ser dotado de um quadro legal de avaliações totalmente assente em factores objectivos, de grande simplicidade e coerência interna e sem espaço para a subjectividade e discricionabilidade do avaliador; -----

c) Consagram-se no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis os contornos precisos da realidade a tributar, partindo para isso de dados objectivos que escapem às oscilações especulativas da conjuntura, de modo que sirvam de referência a uma sólida, sustentável e justa relação tributária entre o Estado e os sujeitos passivos; -----

d) Afirma-se agora claramente a intenção de instituir um sistema que garanta uma maior equidade entre os contribuintes, repartindo de forma mais justa a tributação da propriedade imobiliária, no sentido de acabar com a inaceitável situação em que 5% dos contribuintes de contribuição autárquica pagavam 80% do imposto arrecadado; -----

e) Verifica-se uma grande concentração dos contribuintes de contribuição autárquica entre os Municípios que adquiriram casa para habitação própria e do seu agregado familiar em anos recentes, o que significa, na prática, um avolumar de esforço contributivo de proprietários jovens, que, em muitos casos, estão ainda a pagar os empréstimos bancários que contraíram para compra da habitação; -----

f) Denota-se que, com a implementação da actual reforma, não houve manifesta intenção em aumentar a receita fiscal, mas sobretudo o de beneficiar os contribuintes efectivos, através da descida das taxas, com o alargamento da base tributável, por via da redução gradual da evasão fiscal; -----

g) Considerando que nos termos do aludido Diploma Legal, designadamente no nº 4 do artigo 112º, cabe ao município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do mesmo artigo 112º, **de acordo com a alteração produzida pela Lei 64/2008, de 5 de Dezembro**, a saber: -----

- Prédios rústicos - 0,8%; -----
- Prédios urbanos - 0,4% a 0,7%; -----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,2% a 0,4%. ----

h) Considerando que deve, o município, ponderar não só a necessidade de adequação dos seus recursos financeiros às necessidades sentidas como ponderar, também, a justiça e equidade das suas decisões; -----

i) Tendo em conta que permite, o CIMI, no estipulado nos nºs 5, 6 e 7 do artigo 112º, a discriminação positiva ou negativa dos contribuintes sujeitos à tributação definida no código supra; -----

j) Considerando a alteração promovida pela Portaria 1119/2009, de 30 de Setembro, a qual surge como medida anti-crise verificada no mercado imobiliário, adequando e corrigindo as situações mais evidentes da necessidade de redução de alguns coeficientes de localização (principal elemento na determinação do valor patrimonial tributário de um imóvel), verificar-se-ão benefícios para os respectivos proprietários; -----

k) Considerando que a generalidade das receitas provenientes de impostos directos no concelho têm apresentado uma quebra significativa, a Câmara entende, face ao actual contexto de dificuldade económica, promover a manutenção das taxas definidas no ano transacto: -----

- Prédios rústicos - 0,8%; -----
- Prédios urbanos - 0,7%; -----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,3%; -----

l) Considerando, ainda, que se entende justo estabelecer os seguintes benefícios; -----

▪ Edifícios utilizados como habitação e recuperados há 8 anos ou menos, devidamente comprovada por licença ou autorização municipal, conforme previsto no nº 5 do artigo 112º beneficiarão de uma redução de: -----

- i. Edifícios recuperados há 3 anos ou menos - 30% -----
- ii. Edifícios recuperados há 6 anos ou menos e há mais de 3 anos - 20%. -----
- iii. Edifícios recuperados há 8 anos ou menos e há mais de 6 anos - 10%. -----

m) Considerando ainda, que se entende justo estabelecer uma majoração de 30% para os edifícios que apresentem estado de degradação devidamente reconhecido pela comissão municipal de

12

Estabilidade e Salubridade (em conformidades com o descrito no nº 7 do artigo 112º); -----

n) Considerando que, como se têm vindo a verificar, as discriminações descritas podem consubstanciar um factor de forte impacto na criação de condições de atractividade para novos investimentos, tão necessários em zonas do interior como aquela em que se insere o município; -----

II - PROPOSTA -----

Assim em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo, a aprovação da seguinte Proposta: -----

- Que se delibere fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis em: 0,7% para prédios urbanos e 0,3% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, sujeitas às minorações e majorações acima expostas; -----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação. -----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão deliberativo, dever-se-á promover a respectiva comunicação à Direcção Geral de Finanças até ao dia 30 de Novembro de 2011. -----

Chaves, 5 de Setembro de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

2.2. JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL DE TERRENOS INICIALMENTE DESTINADOS AO "PARQUE TIR". PROPOSTA N.º 57/GAPV/2011. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----

1. Remontam ao ano de mil novecentos e oitenta e nove, os contactos negociais estabelecidos com a família de Luís Sabino Rangel Pamplona Guedes Machado, à data falecido, a fim deste Município adquirir um prédio rústico, com mais de 4 hectares, localizado em Campo de El Rei, na freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, com a finalidade de ali ser construído um equipamento logístico, que, na altura, foi designado por "Parque Tir". -----

2. De facto, entre este Município e uma das herdeiras, Maria Emília Sardinha de Montalvão Campilho de Lima Barreto Guedes Machado, em seu nome e dos demais interessados, em 15 de Dezembro de 1989, foi formalizado um contrato promessa de compra e venda, tendo por objecto o aludido prédio, tendo os respectivos proprietários, nessa data, transferido a posse e fruição do mesmo para este Município. --

3. O preço da venda foi acordado em dois milhões e quinhentos mil escudos, na moeda à data corrente, correspondendo actualmente a doze mil quatrocentos e setenta euros. -----

4. O preço veio a ser liquidado, por este município, no início de mil novecentos e noventa e quatro. -----

5. Posteriormente, em Outubro de mil novecentos e noventa e cinco, as partes formalizaram uma rectificação ao contrato promessa inicial, no sentido de corrigir o lapso quanto à indicação da inscrição Matricial. -----

6. Pese embora todas as diligências encetadas por este Município, nunca foi possível, por questões que são alheias à autarquia, chegar a formalizar o contrato prometido. -----

7. No entanto, é incontestável que este Município adquiriu à família Campilho Guedes Machado, há mais de vinte anos, o prédio rústico com a área de 43.892m², situado em Campo de El Rei, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respectiva matriz predial sob o Artigo 2094º e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves, tendo usufruído do aludido prédio, recolhendo a lenha do monte, fazendo a sua limpeza e cuidando da sua demarcação, no ânimo e convicção de ser o seu único dono. -----

8. Em cumprimento da agenda tendente à regularização do património municipal, que os respectivos serviços municipais têm vindo a concretizar, torna-se premente a regularização da situação jurídico patrimonial do imóvel supra identificado, mediante acto formal que titule a sua aquisição e permita o seu ingresso no registo predial, a favor da autarquia. -----

II - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta e consequente estratégia de actuação: -----

a) Que, ao abrigo do disposto na alínea f), do nº1, do Artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e posteriores alterações, seja autorizada a aquisição originária, para o domínio privado da Autarquia, do prédio rústico, composto por terra de cultivo e monte, com a área total de 43.892m², situado em Campo de El Rei, confrontando a Norte com José Maria, a Sul com caminho público, a Nascente com Leonardo Faria e a Poente com José Maria e caminho, com o valor patrimonial tributário de €83,75 inscrito, na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco com o Artigo 2094º, não inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves; -----

b) Que a forma jurídica da aquisição, para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial, seja a usucapião, dado a posse levada a cabo por este Município há mais de vinte anos, de forma pública e pacífica, e a autarquia não ter outra forma de provar a sua aquisição; -----

c) Para efeitos de formalização do respectivo título aquisitivo que o valor atribuído ao citado imóvel seja fixado em €12 470,00 (doze mil quatrocentos e setenta euros), em conformidade com o valor efectivamente pago pela aquisição, devendo a respectiva escritura ser outorgada no Cartório Privativo do Município, logo que se mostrem reunidas todas as formalidades indispensáveis para o efeito, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar no respectivo contrato; -----

d) Tratando-se de um contrato de usucapião que os declarantes sejam o actual presidente da junta de freguesia de Outeiros Seco, Carlos Alberto Batista Xavier, e os anteriores presidentes do mesmo órgão, Manuel Ferrador e Altino Pereira do Rio. -----

e) Por fim, tendo presente que se trata de uma aquisição originária do aludido imóvel, a presente decisão administrativa não carece de ser sancionada pelo órgão deliberativo do município, à luz do disposto na alínea i), do nº2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 14 de Setembro de 2011. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

M

Em anexo: -----
 - Cópia do contrato-promessa de compra e venda e da respectiva
 rectificação; -----
 - Caderneta predial rústica; -----
 - Planta de localização. -----
DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a
 referida proposta. -----

2.3. VENDA EM HASTA PUBLICA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. PROPOSTA N.º 58/GAPV/2011. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ANTECEDENTES -----

1. Em 2006, este Município celebrou um contrato de Locação
 Financeira Imobiliária (Leasing) com a Totta - Crédito
 Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com vista à
 aquisição de um imóvel, composto por edifício e terrenos, sito na
 Quinta do Pinheiro, em Chaves, destinado à instalação de serviços
 municipais, o que viabilizou a desocupação do imóvel conhecido por
 "Antigo Matadouro". -----

2. No ano de 2002, este Município adquiriu à Cooperativa Agrícola
 Norte Transmontano, CRL., um conjunto de prédios rústicos e urbanos,
 situados em Quintela - Santa Cruz, destinados ao Centro Escolar de
 Chaves, o qual, por determinação da administração central, veio a
 ter características diferentes das inicialmente previstas e, nessa
 justa medida, a obra realizada acabou por não necessitar de ocupar a
 totalidade dos terrenos adquiridos. -----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que, em face das circunstâncias acima descritas os
 aludidos imóveis não estão a ser utilizados pelo município e também
 não se prevê que a autarquia deles venha a necessitar. -----

2. Tendo presente o quadro de dificuldades e limitações financeiras
 que têm vindo a pesar sobre o Estado Português e as autarquias em
 particular, com cortes de transferências por parte da administração
 central, assiste-se à necessidade do Município arrecadar receitas
 extraordinárias e de diminuir os custos decorrentes da manutenção do
 seu património imobiliário desocupado. -----

3. Sendo certo que a alienação deste património garantirá a
 arrecadação de receitas que podem vir a financiar outros projectos
 de relevante interesse municipal. -----

4. Tendo em vista a conquista de tal objectivo, o Município de
 Chaves deve proceder à venda dos seguintes prédios: -----

a) Natureza: Prédio Rústico, apto para a construção -----

Localização: Quintela, freguesia de Santa Cruz/Trindade -----

Inscrição matricial: Artigo 118º (freguesia de Outeiro Seco) -----

Descrição CRP: 00482/150687 (freguesia de Outeiro Seco) -----

Valor patrimonial: €7,18 -----

b) Natureza: Prédio Urbano -----

Localização - Av. Brácara Augusta, Freguesia Santa Maria Maior -----

Inscrição matricial: Artigo 461º -----

Descrição CRP: 305 -----

Valor patrimonial: €550 590,88 -----

IV - CONDIÇÕES DE ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS EM CAUSA -----

1. O valor base da venda deverá ser fixado, respectivamente, em
 €201 600,00 e €503 978,00 assentando nos relatórios de avaliação



produzidos pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, em anexo à presente proposta. -----

2. O aproveitamento urbanístico dos referidos imóveis fica sujeito à disciplina do instrumento de gestão territorial em vigor para a zona da sua localização - Plano Director Municipal -, o qual classifica os imóveis em causa em zona U1 - cidade de Chaves. -----

3. Por fim, registe-se que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, ao abrigo das competências que lhe são confiadas pela alínea i), do nº2, do Artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública¹⁰, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública. -----

V - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões de facto acima invocadas e ao abrigo das competências cometidas ao órgão deliberativo municipal, sob proposta da Câmara, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no de gestão corrente, e em conformidade com o disposto sobre a matéria na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a alienação dos prédios urbanos integrados na esfera patrimonial privada do Município, situados, respectivamente, em Quintela - Santa Cruz/Trindade, e na Avenida Bracara Augusta - Santa Maria Maior, descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob os números 00482/150687 (freguesia de Outeiro Seco) e 405 Ap. 5 de 2007/03/20 (freguesia de Santa Maria Maior); -----

b) Que a alienação dos prédios urbanos seja efectuada mediante procedimento prévio à contratação, na modalidade de hasta pública, tendo, para o efeito, por base de licitação os valores de €201 600,00 e €503 978,00, respectivamente; -----

c) Que, para efeitos de concretização do procedimento de hasta pública, sejam, simultaneamente, aprovados os respectivos documentos disciplinadores do procedimento, em anexo, a saber: -----

C.1. - Minuta de edital; -----

C.2. - Normas de procedimento pré-contratual tendente à adjudicação do direito de propriedade dos imóveis e respectivos anexos; -----

d) Que seja designada a comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento administrativo de hasta pública, para adjudicação do direito de propriedade do prédio em causa, com a seguinte constituição: -----

Presidente: Arqtº António Cabeleira -----

1º Vogal Efectivo: Dr. Marcelo Delgado -----

2º Vogal Efectivo: Dra. Márcia Santos -----

Vogais suplentes: Dra. Cristina Rodrigues e Engª Conceição Martins.

Na ausência ou impedimento do presidente, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efectivo; -----

a) Caso seja autorizada a alienação dos imóveis supra identificados, nos termos e nas condições acima exaradas, bem como dos documentos em anexo à presente proposta, que fique desde já o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal legitimado a

1 - Para o corrente ano tal valor encontra-se fixado em €485 000,00, tendo por referência o RMMG. -----

outorgar, em nome do Município, o contrato-promessa e respectiva escritura, título este que deverá ser lavrado junto do cartório privativo municipal; -----

b) Que a receita proveniente da alienação fique domiciliada na rubrica económica de receita de capital 09.01.01 - Vendas de Bens de Investimento - Terrenos -; -----

c) Por fim, nos termos do disposto na alínea i), do nº2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação pelo executivo camarário, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, com vista ao seu ulterior sancionamento. -----

Chaves, 14 de Setembro de 2011. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: -----

- Relatório de Avaliação -----

- Minuta de edital -----

- Normas de Procedimento Pré-contratual tendente à Adjudicação do Direito de Propriedade do Imóvel e respectivos anexos. -----

NORMAS DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEIS -----

Cap. I - Procedimento de adjudicação do direito de propriedade dos imóveis -----

1- Do regime: -----

a) O direito de propriedade dos prédios serão adjudicados em propriedade plena a entidades privadas ou públicas; -----

b) O direito de propriedade dos prédios será adjudicado, tal como se encontra no momento da atribuição, sendo da inteira responsabilidade dos adquirentes efectuar os trabalhos necessários à concretização dos projectos, previamente aprovados e licenciados. --

2- Da atribuição: -----

a) A atribuição dos prédios será feita por hasta pública. -----

b) Base de licitação: -----

- Prédio rústico - Quintela - €201 600,00 (duzentos e um mil e seiscentos euros). -----

- Prédio urbano - Av. Bracara Augusta - €503 978,00 (quinhentos e três mil, novecentos e setenta e oito euros). -----

3- Lanços mínimos na arrematação - Os lanços mínimos admitidos na arrematação serão de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros). -----

3.1. - Proceder-se-á a licitação durante um período de 30 minutos. -

4- Da realização da Escritura de Compra e Venda: -----

A escritura de compra e venda terá lugar no prazo máximo de 60 dias após a adjudicação, realizada pelo executivo camarário. -----

Cap. II - Forma de pagamento -----

1- Da forma de pagamento: -----

a) Para atribuição dos imóveis em hasta pública será depositada no acto da arrematação, a quantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor da mesma, sob pena de esta não produzir efeito. -----

b) No prazo máximo de 15 dias poderá ser efectuado contrato promessa de compra e venda, nos termos da minuta anexa, fixando-se aí as demais condições de pagamento, a saber: -----

- 40% (quarenta por cento) no acto de celebração do contrato promessa de compra e venda; -----

- 50 % (cinquenta por cento) no acto da celebração da escritura. ---

Cap. III - Considerações finais -----



1- Reserva do Direito de Adjudicação: -----
 O Município reserva-se o direito de não fazer a adjudicação se entender que a proposta não é conveniente aos seus interesses. -----

2- Outras disposições legais: -----
 Em tudo o mais que estiver omissa aplicar-se-ão as disposições legais em vigor e adequadas à matéria. -----

3- Dúvidas e esclarecimentos: -----
 O presente regulamento pode ser consultado no Departamento de Administração Geral do Município do Concelho de Chaves - Divisão para a Contratação e Apoio aos Procedimentos Expropriativos, sito no Edifício dos Paços do Concelho, na Praça de Camões, em Chaves. -----

ANEXO I -----
Minuta -----
Contrato-Promessa de Compra e Venda -----
 Entre: -----
 Município do Concelho de Chaves, titular do NIPC 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves, adiante designado por promitente vendedor; -----
 E -----
, adiante designado por promitente comprador, é celebrado o presente contrato-promessa de compra e venda, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

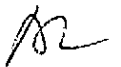
Cláusula 1ª -----
Objecto e preço -----
 O promitente vendedor promete vender nos termos e condições adiante referidas ao promitente comprador e este promete comprar-lhe pelo preço de Euros (.....) o prédio indicado na cláusula seguinte. -----

Cláusula 2ª -----
Identificação do prédio -----
 Prédio situado -, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Maria Maior com o Artigo, composto por -----

Cláusula 3ª -----
Entrada Inicial -----
 a) O promitente vendedor recebeu do promitente comprador, no dia de 2011, data da realização da hasta pública, a quantia de (.....) correspondente a 10% do valor da arrematação. -----
 b) O promitente vendedor recebeu nesta data, do promitente comprador a quantia de (.....), correspondente a 40% do valor da adjudicação, por conta do preço e a título de sinal. -----

Cláusula 4ª -----
Preço em dívida -----
 A restante parte do preço, ou seja,, 50 % do valor da adjudicação, deverá ser paga pelo promitente comprador ao promitente vendedor, no acto da celebração da escritura do contrato prometido. -----

Cláusula 5ª -----
Marcação da escritura -----
 1- A escritura definitiva será celebrada no prazo de 30 dias a contar da assinatura do presente contrato promessa; -----
 2- A data, hora e local da sua realização serão marcados pelo promitente vendedor, que, com a antecedência mínima de 8 dias



relativamente àquela data, deverá convocar o promitente comprador para o efeito, por carta registada com aviso de recepção. -----

Cláusula 6ª -----

Destino do Edifício -----

O prédio objecto do presente contrato prometido destina-se aos fins que o promitente comprador entenda convenientes, no respeito pelas prescrições urbanísticas constantes do Plano Director Municipal de Chaves, que classifica aquela zona como U1 - cidade de Chaves -. ---

Cláusula 7ª -----

Pacto de aforamento -----

O foro da Comarca de Chaves, é designado como único competente para resolver eventuais questões emergentes do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Feito em duplicado aos dias do mês de -----

O promitente vendedor: -----

O promitente comprador: -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

XIV DIVERSOS

1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. CARLOS SANTOS SILVA. INFORMAÇÃO N.º 105/GTF/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10020, datado de 01-09-2011, em nome do Sr. Carlos Santos da Silva, contribuinte n.º 208783717, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no Lugar de São Mateus, povoação e freguesia de Santo Estevão, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 25/09/2011 -----

■ 08:15 - 08:30 h -----

■ 11:00 - 12:00 h -----

■ 15:30 - 16:00 h -----

■ 21:30 - 22:00 h -----

■ 23:30 - 24:00 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2011, vigora de 1 de Julho a 30 de Setembro (Portaria 165/2011 de 19 de Abril). -----

Parecer -----



Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e Subcategoria 4.2.B Espaços Agrícolas Condicionados (RAN + REN); -----

2. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "A. M.- Piroctécnica, Lda." (Declaração em anexo). -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta vegetação herbácea cortada e apresenta Baixa perigosidade (planta em anexo); -

4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa conforme planta em anexo. -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----

1. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----

2. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ----

3. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 06 de Setembro de 2011 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

• Requerimento referido na informação supra; -----

• Declaração da firma "A. M.- Piroctécnica, Lda."; -----

• Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

• Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQ. CASTANHEIRA PENAS, DE 2011.09.06. -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente que submeter o presente assunto à reunião de Câmara para deliberações. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.09.06. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)

1. REABILITAÇÃO/REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MAGISTÉRIO PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INCUBAÇÃO DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS. -- PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

O Vice-Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação nº262/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.- Apresenta-se em anexo, o projecto de execução, aprovado em reunião de Câmara de 02/05/2011, e o processo de procedimento para execução da obra de Reabilitação / Remodelação do edifício do Magistério para a criação de um Centro de Incubação de Industrias Criativas, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.-----

Com o projecto de execução em referência, pretende-se reabilitar e remodelar o edifício do antigo Magistério tendo em vista a instalação de um Centro de Incubação de indústrias Criativas.-----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação / Remodelação do edifício do Magistério para a criação de um Centro de Incubação de Industrias Criativas"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **950.000,00 Euros**, (novecentos e cinquenta mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5.A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -

a)Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b)Programa de Procedimento; -----

c)Caderno de Encargos; -----

d)Plano de Segurança e Saúde; -----

e)Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-----

6.Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias.-----

7.Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----

Presidente: Fernanda Serra -----

1º Vogal efectivo: Nuno Bento-----

2º Vogal efectivo: Amélia Rodrigues-----

Suplentes:-----

1º Vogal suplente: João Geraldes-----

2º Vogal suplente: Madalena Branco-----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P; -----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria I, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----

1. Estudo geológico - geotécnico - dado tratar-se da remodelação e reabilitação de um edifício, não se torna necessário o referido estudo.-----

2. Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um edifício existente destinado à incubação de indústrias criativas não estando sujeito a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----

3. Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Trata-se de um projecto financiado, tendo no momento da candidatura sido equacionados estes aspectos, que não vieram a merecer reparos pela entidade financiadora.-----

4. Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----

10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 950.000,00 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.1.1-MC/07011002/0212/2009/3.-----

11. Que, ao abrigo do disposto no art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dado tratar-se de uma obra financiada, se reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando introdução do mesmo na reunião ordinária a realizar no dia 19/9/2011.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro.-----

Divisão de Empreitadas, 16 de Setembro de 2010.-----

A Chefe de Divisão-----

(Engª Amélia C. G. Rodrigues)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16/09/2011.-----

Visto. Concordo. Tendo em consideração que o procedimento concursal reportado nesta informação se relaciona directamente com uma componente do Programa de Acção de Regeneração Urbana do Centro Histórico (Mais Chaves), sou a propor ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Arqtº António Cândido Monteiro Cabeleira que, face à indubitável urgência na consecução desta obra submeta, nos termos do

artº 83º, da Lei nº169/99, de 18/9, este assunto à consideração da Câmara Municipal, com vista ao reconhecimento da urgência de uma deliberação imediata sobre o mesmo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e dez minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

